

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JOÃO MARCO VIEIRA DA ROSA

**O DILEMA DE SEGURANÇA NO MAR DO SUL DA CHINA:  
Uma análise à luz da estratégia *Anti-Access/Area-Denial***

Rio de Janeiro

2024

CC JOÃO MARCO VIEIRA DA ROSA

**O DILEMA DE SEGURANÇA NO MAR DO SUL DA CHINA:  
Uma análise à luz da estratégia *Anti-Access/Area-Denial***

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF PALMEIRA

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, agradeço a Deus, por iluminar o meu caminho e me guiar por mais essa caminhada.

À minha esposa Lis, dedico meu profundo reconhecimento pelo constante apoio, compreensão e amor incondicional que me fortaleceu durante o período de elaboração deste estudo.

Aos meus pais Marco e Leila, pela vida e por me oferecerem uma base sólida, pois foi a partir dela que eu consegui trilhar meu caminho.

Aos amigos do C-EMOS 2024, por todo o companheirismo e momentos de convivência fraterna.

Ao meu orientador, CF Palmeira, pelas valiosas orientações e correções de rumo durante toda minha jornada dedicada à pesquisa, que muito enriqueceram este trabalho.

Por fim, à Escola de Guerra Naval, por proporcionar um ambiente acadêmico saudável e profícuo ao aprimoramento pessoal e profissional.

"Os guerreiros mais habilidosos atraem o inimigo para o campo de batalha e ditam os termos da luta."

(Sun Tzu, A Arte da Guerra)

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é examinar como a evolução da estratégia marítima chinesa do pós-Guerra Fria até os dias atuais, sob a perspectiva da estratégia *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD), impacta a segurança marítima no Mar do Sul da China (MSC). A pertinência do estudo reside na crescente importância do MSC para a segurança regional e a estabilidade global, devido às suas rotas de navegação cruciais que suportam uma parte significativa do comércio global, além de suas ricas reservas de recursos naturais. Para atingir este objetivo, a investigação baseou-se em fontes bibliográficas e documentais, adotando uma abordagem metodológica descritiva e analítica, concentrando-se na descrição do fenômeno em desenvolvimento. O estudo apoiou-se nos conceitos de Alfred Thayer Mahan, Julian Corbett, e da *Jeune École*, bem como nas influências do Almirante Sergei Gorshkov e do Almirante Liu Huaqing na formulação da política marítima chinesa. Dessa maneira, buscou-se identificar como a China está implementando o conceito estratégico de *Anti-Access/Area-Denial* no MSC, ao adotar uma abordagem assertiva para lidar com as preocupações de segurança regional, por meio de uma reorientação de suas forças de defesa, levando em consideração suas capacidades presentes, seus objetivos estratégicos e os possíveis desdobramentos de suas ações militares. As considerações finais indicam que a militarização do MSC e as operações militares contínuas dos EUA criam um ambiente complexo e instável, exigindo estratégias eficazes para lidar com a ascensão da China e suas implicações para o Sistema Internacional (SI).

**Palavras-chave:** *Anti-Access/Area-Denial*; Estratégia Marítima Chinesa; Mar do Sul da China; Influência Global; Segurança Regional.

## **ABSTRACT**

### **THE SECURITY DILEMMA IN THE SOUTH CHINA SEA: An Analysis through the Lens of the Anti-Access/Area-Denial Strategy**

The aim of this research is to examine how the evolution of Chinese maritime strategy from the post-Cold War period to the present day, from the perspective of the Anti-Access/Area-Denial (A2/AD) strategy, impacts maritime security in the South China Sea (SCS). The relevance of the study lies in the increasing importance of the SCS for regional security and global stability, due to its crucial navigation routes that support a significant portion of global trade and its rich reserves of natural resources. These factors make the SCS a strategic focal point for both economic prosperity and geopolitical influence, intensifying the stakes for regional and global actors involved in the area. To achieve this objective, the investigation relied on bibliographic and documentary sources, adopting a descriptive and analytical methodological approach, focusing on the description of the phenomenon in development. The study was based on the concepts of Alfred Thayer Mahan, Julian Corbett, and the Jeune École, as well as the influences of Admiral Sergei Gorshkov and Admiral Liu Huaqing in the formulation of Chinese maritime policy. Thus, the aim was to identify how China is implementing the Anti-Access/Area-Denial strategic concept in the SCS, by adopting an assertive approach to address regional security concerns, through a reorientation of its defense forces, considering its present capabilities, strategic objectives, and the potential outcomes of its military actions. The final considerations indicate that the militarization of the SCS and the continuous US military operations create a highly contested and dynamic environment, requiring effective strategies to manage China's rise and its implications for the International System (IS).

**Keywords:** Anti-Access/Area-Denial; Chinese Maritime Strategy; South China Sea; Global Influence; Regional Security.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Áreas em disputa no Mar do Sul da China.....	59
Figura 2 – Infraestrutura das ilhas Paracel.....	60
Figura 3 – Sistemas de armas na base chinesa em Woody Island.....	60
Figura 4 – <i>Nine-Dash Line</i> .....	61
Figura 5 – A primeira e a segunda cadeia de ilhas do pacífico .....	62
Figura 6 – Capacidades <i>Anti-Access/Area-Denial (A2/AD)</i> da China .....	63

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Posições sobre as reivindicações da China no Mar do Sul da China .....64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2	- <i>Anti-Access</i>
A2/AD	- <i>Anti-Access/Area-Denial</i>
AD	- <i>Area-Denial</i>
AMTI	- <i>Asia Maritime Transparency Initiative</i>
ASAT	- <i>Anti-Satellite</i>
ASBM	- <i>Anti-Ship Ballistic Missile</i>
ASEAN	- <i>Association of Southeast Asian Nations</i>
C5ISREW	- Comando e Controle, Comunicações, Computadores, Cibersegurança, Inteligência, Vigilância, Reconhecimento e Guerra Eletrônica
CARAT	- <i>Cooperation Afloat Readiness and Training</i>
CLCS	- <i>Commission on the Limits of the Continental Shelf</i>
CFR	- <i>Council on Foreign Relations</i>
CNUDM	- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CSBA	- <i>Center for Strategic and Budgetary Assessments</i>
DHS	- <i>Department of Homeland Security</i>
DIM	- Direito Internacional Marítimo
DoD	- <i>Department of Defense</i>
DoS	- <i>Department Of State</i>
EUA	- Estados Unidos da América
FONOPs	- <i>Freedom of Navigation Operations</i>
JOAC	- <i>Joint Operational Access Concept</i>
JCS	- <i>Joint Chief of Staff</i>
LCM	- Linhas de Comunicação Marítima
MSC	- Mar do Sul da China
NIDS	- <i>National Institute for Defense Studies</i>
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PLA	- Exército de Libertação Popular

PLAN	- Marinha do Exército de Libertação Popular
PCC	- Partido Comunista Chinês
PIB	- Produto Interno Bruto
QDR	- Relatório Quadrienal de Defesa
RPC	- República Popular da China
SI	- Sistema Internacional
SSBN	- <i>Ship, Submersible, Ballistic, Nuclear</i>
UNCLOS	- <i>United Nations Convention on the Law of the Sea</i>
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA</b> .....	14
2.1 A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO .....	14
2.1.1 Alfred Thayer Mahan (1840-1914) .....	14
2.1.2 <i>Jeune École</i> (1870 – 1914) .....	15
2.1.3 Julian Stafford Corbett (1854 – 1922) .....	16
2.1.4 A Escola Soviética (1920 – 1979) .....	17
2.1.5 O pensamento estratégico marítimo no século XXI.....	18
2.2 O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA A2/AD .....	19
2.3 ANÁLISES E IMPLICAÇÕES.....	23
<b>3. A SEGURANÇA MARÍTIMA DO MAR DO SUL DA CHINA</b> .....	25
3.1 O MAR DO SUL DA CHINA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA .....	25
3.2 A MILITARIZAÇÃO DO MAR DO SUL DA CHINA .....	28
3.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO MAR DO SUL DA CHINA.....	32
3.4 CONCLUSÕES SOBRE A POLÍTICA DE DEFESA CHINESA NO MAR DO SUL DA CHINA.....	34
<b>4. O DILEMA DE SEGURANÇA NO MAR DO SUL DA CHINA</b> .....	36
4.1 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA CHINESA .....	37
4.1.1 O impacto das ideias do Almirante Sergei Gorshkov.....	37
4.1.2 A estratégia marítima chinesa segundo o Almirante Liu Huaqing .....	39
4.1.3 Análise dos Livros Brancos de Defesa da China .....	42
4.2 A SECURITIZAÇÃO DO MAR DO SUL DA CHINA.....	44
4.3 REAÇÕES INTERNACIONAIS E IMPLICAÇÕES .....	48
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	52
<b>ANEXO A – FIGURAS</b> .....	59
<b>ANEXO B – TABELAS</b> .....	64

## 1. INTRODUÇÃO

A evolução da estratégia marítima chinesa no pós-Guerra Fria representa um dos desenvolvimentos mais significativos na geopolítica contemporânea, especialmente em relação ao Mar do Sul da China (MSC). Diante desse panorama, essa área, de importância estratégica vital, tornou-se um palco central para a projeção de poder e influência da República Popular da China (RPC). Conseqüentemente, a transformação da abordagem chinesa, de uma postura defensiva centrada na proteção das áreas costeiras para uma estratégia mais assertiva de *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD), reflete a crescente ambição de Pequim de consolidar sua hegemonia regional e desafiar a presença de outras potências em seu entorno estratégico.

De fato, a influência dos pensadores oriundos da escola soviética estabeleceu uma nova visão estratégica para a Marinha chinesa. Essa visão delineou três fases de controle marítimo, que culminarão na transformação da Marinha do Exército de Libertação Popular<sup>1</sup>(PLAN) em uma força de alcance global até 2050. A subsequente revisão dos Livros Brancos de Defesa, publicados entre 2004 e 2019, destaca a evolução do pensamento estratégico chinês, com ênfase na dissuasão estratégica e na expansão da capacidade de projeção de poder.

Em razão disso, as reivindicações chinesas sobre o Mar do Sul da China, intensificadas a partir dos anos 2000, envolveram a delimitação da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com países vizinhos, em desacordo com as normas da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). A crescente militarização do MSC no pós-Guerra Fria reflete a postura firme da China em defender seus interesses e projetar influência na região, resultando na construção de ilhas artificiais e no estabelecimento de uma presença militar robusta.

Sendo assim, o presente estudo visa analisar a evolução da estratégia marítima chinesa desde o término da Guerra Fria até os dias atuais, com um enfoque particular no Mar do Sul da China à luz da estratégia *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD), amparando-se nos fatores-chave que justificam sua adoção, incluindo a percepção de superioridade estratégica, a supremacia da geografia, o domínio marítimo, a criticidade da informação e o impacto de eventos extrínsecos.

À vista disso, a relevância deste estudo reside na crescente importância do Mar

---

<sup>1</sup> Para efeitos deste trabalho será adotada a sigla do inglês People's Liberation Army Navy (PLAN).

do Sul da China não apenas para a segurança regional, mas também para a estabilidade global, devido às suas rotas de navegação cruciais e suas ricas reservas de recursos naturais. A análise da evolução da estratégia marítima chinesa oferece perspectivas críveis sobre como a China projeta seu poder e influência, bem como sobre as possíveis respostas de outras nações. Compreender esses aspectos é essencial para formuladores de políticas públicas, analistas de defesa e estudiosos das relações internacionais, que buscam desenvolver estratégias eficazes para lidar com a ascensão da China e suas implicações para o Sistema Internacional (SI).

A justificativa para este estudo é acentuada pela necessidade de uma análise aprofundada e sistemática das mudanças na estratégia marítima chinesa, particularmente no contexto do MSC. Esta análise é fundamental para aprimorar a compreensão das estratégias de dissuasão e projeção de poder da China, avaliando as implicações para a segurança regional e global. A crescente militarização do MSC e as constantes operações militares conduzidas pelos Estados Unidos da América (EUA) criam um ambiente complexo e volátil para a manutenção da paz e estabilidade regional.

A metodologia adotada para esta pesquisa é o modelo de "descrição do fenômeno", que visa explicar a evolução da estratégia marítima chinesa no contexto da estratégia A2/AD, no período compreendido entre o término da Guerra Fria e os dias atuais, utilizando uma abordagem fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O objetivo geral é descrever como a evolução da estratégia marítima chinesa no pós-Guerra Fria vem afetando a segurança marítima no Mar do Sul da China sob a ótica da estratégia A2/AD.

Para tal, este trabalho está organizado em cinco capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo, será abordada a evolução do pensamento estratégico marítimo e os aspectos teóricos associados à estratégia A2/AD, que servirão como base para a pesquisa. Posteriormente, no terceiro capítulo, será apresentada uma análise sobre a crescente militarização do MSC, os impactos nos países do Sudeste Asiático e a disputa de influência entre os EUA e a China, com destaque para a 'territorialização' promovida pelo conceito da *Nine-Dash Line*. No quarto capítulo, será explorado e descrito o dilema de segurança no MSC, com foco na securitização da região, nas reações internacionais e suas implicações para a segurança regional. Por fim, no último capítulo, serão apresentadas as considerações finais, com o desfecho do estudo.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA

Este capítulo está organizado em três seções, cada uma delas dedicada a apresentar a fundamentação teórica que sustentará o presente estudo.

Na primeira seção, será examinada a evolução do pensamento estratégico marítimo, desde as teorias clássicas de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) até as concepções contemporâneas desenvolvidas no século XXI. Esta análise proporcionará uma visão abrangente da evolução da estratégia marítima, destacando sua relevância histórica e teórica, bem como as contribuições dos seus principais pensadores e suas influências nas estratégias modernas.

Na segunda seção, será abordada a origem, as definições e os princípios da estratégia *Anti-Access/Area Denial (A2/AD)*. Esta parte do capítulo explora a evolução das doutrinas, suas aplicações práticas e sua importância estratégica no contexto atual do Mar do Sul da China.

Finalmente, na terceira seção, serão discutidas as implicações das teorias apresentadas nas seções anteriores no cenário regional. Esta última parte tem o objetivo de integrar e harmonizar a fundamentação teórica, fornecendo uma base sólida para a discussão subsequente dos resultados e conclusões do estudo.

### 2.1 A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO

A evolução do pensamento estratégico marítimo ao longo dos séculos tem sido marcada pelas contribuições de diferentes teóricos e escolas de pensamento, cada um trazendo novas perspectivas que moldaram a forma como as nações abordam a estratégia marítima e a segurança regional. Esta seção está organizada em cinco subseções, que explorarão as contribuições de cada autor e linha de pensamento para o desenvolvimento do pensamento estratégico marítimo, destacando sua relevância histórica e a aplicação dessas teorias no cenário atual.

#### 2.1.1 Alfred Thayer Mahan (1840-1914)

Alfred Thayer Mahan foi um estrategista naval e historiador americano cujas teorias influenciaram profundamente a estratégia marítima moderna. Ele argumentou

que o poder naval é essencial para a segurança e prosperidade de uma nação, enfatizando a necessidade de controlar as linhas de comunicação marítimas (LCM) e a importância de possuir bases navais estratégicas ao redor do mundo. Para Hattendorf (1991), Mahan defendia a doutrina da batalha decisiva, na qual a vitória em uma grande batalha naval poderia garantir o controle do mar e, conseqüentemente, a supremacia militar e econômica. O autor também ressaltou a importância da geografia na estratégia naval, considerando elementos como a localização de portos e a configuração das costas. Baseando-se na história naval para fundamentar suas teorias, Mahan demonstrou como o poder naval foi decisivo em conflitos passados e argumentou que uma economia forte é essencial para sustentar uma marinha poderosa.

### 2.1.2 *Jeune École* (1870 – 1914)

No final do século XIX o liberalismo inglês recebia grande atenção, e novas discussões sobre defesa surgiam em um mundo cada vez mais conectado, especialmente influenciadas pelas teorias da *Jeune École*<sup>2</sup>. Essa corrente de pensamento, que na época era considerada marginal, emergiu na França como uma resposta conceitual à supremacia naval britânica. A *Jeune École* se concentrava no estudo de estratégias de defesa costeira e táticas ofensivas que envolviam ataques a frotas comerciais inimigas, uma prática conhecida como guerra de corso<sup>3</sup> (Mahan, 1987).

Contudo, para Mahan, considerar a guerra de corso como uma estratégia principal seria ilusório, pois só teria eficácia se o comércio marítimo fosse restrito a um número reduzido de navios. Contra uma nação próspera, com centenas ou milhares de navios comerciais, essa abordagem seria completamente ineficaz. No entanto, vale destacar que a guerra de corso foi a primeira abordagem estratégica

---

<sup>2</sup> A *Jeune École* contrapõe-se ao dogmatismo da escola histórica de Mahan, baseando sua análise na natureza mutável do contexto internacional e, principalmente, nos instrumentos disponíveis. Ela argumenta que as lições das grandes batalhas do passado tornaram-se obsoletas devido ao surgimento de novos meios, empregados por forças navais mais fracas, como minas, torpedos e lanchas de patrulha, que atuavam como equalizadores de poder (Coutau-Bégarie, 2010, p. 436).

<sup>3</sup> A Guerra de corso é uma forma de guerra naval em que navios privados, autorizados por cartas de corso emitidas por um governo, capturam e saqueiam embarcações mercantes inimigas. Essa prática permitia que nações com marinhas mais fracas prejudicassem economicamente seus adversários, além de complementar as operações navais oficiais (Starkey, 1990).

alternativa para contestar o poder marítimo dominante, como exemplificado na Guerra Hispano-Americana (1898), em que a Espanha, influenciada por táticas semelhantes às da *Jeune École*, tentou usar cruzadores para atacar o comércio marítimo dos Estados Unidos, iniciando a era das táticas assimétricas ou de contestação.

### 2.1.3 Julian Stafford Corbett (1854 – 1922)

Julian Stafford Corbett<sup>4</sup>, influenciado por Carl Von Clausewitz<sup>5</sup> (1780-1831), argumenta que as estratégias de ataque e defesa devem ser complementares, destacando a importância da coordenação entre forças terrestres e marítimas para alcançar objetivos militares comuns. Ele ressalta que raramente uma guerra é decidida exclusivamente pela estratégia marítima, exceto em circunstâncias muito específicas. Corbett (2004) enfatiza a importância das linhas de comunicação marítimas, que são vitais tanto para o controle do mar quanto para influenciar o resultado da guerra, argumentando que ao contrário dos territórios terrestres, as linhas de comunicação são os principais pontos de disputa nos oceanos, pois não se pode exercer controle absoluto sobre o mar aberto.

Como evidência disso, Corbett discute o conceito de “controle do mar”, detalhando a importância da capacidade de operar livremente no mar, ao mesmo tempo em que se limita o inimigo a fazer o mesmo. Ele esclarece que obter e manter um controle efetivo das áreas marítimas é desafiador e propõe que o controle do mar possa ser mais eficazmente alcançado por meio de manobras estratégicas, em vez de confrontos diretos, minimizando riscos desnecessários para a marinha. Corbett expande a teoria da guerra limitada de Clausewitz<sup>6</sup>, mostrando o mar como um meio de conexão e isolamento, facilitando conflitos com objetivos específicos (Corbett, 2004).

Portanto, Corbett modernizou o pensamento estratégico marítimo,

<sup>4</sup> Julian Stafford Corbett (1854-1922) foi um historiador e teórico naval britânico cujas obras influenciaram significativamente a estratégia naval (Corbett, 2004).

<sup>5</sup> Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um general prussiano e teórico militar cujas ideias sobre a guerra e a estratégia são detalhadamente exploradas em sua obra seminal *"Da Guerra"* (*"Vom Kriege"*). Suas teorias têm sido influentes tanto no pensamento militar quanto nas teorias políticas modernas (Britannica, 2024c).

<sup>6</sup> A Teoria da Guerra Limitada de Clausewitz sugere que os conflitos não necessitam atingir o nível de destruição total do adversário para serem eficazes. Essa abordagem contrasta com a guerra total, que visa a aniquilação completa do inimigo (Clausewitz, 1984).

questionando dogmas tradicionais e introduzindo novos conceitos, como a ‘Esquadra em Potência’<sup>7</sup> e a manobra, redefinindo o controle das linhas de comunicação como a essência da estratégia marítima, dado que a supremacia marítima absoluta é um objetivo raramente alcançável (Corbett, 2004).

#### 2.1.4 A Escola Soviética (1920 – 1979)

No mesmo instante em que o pensamento estratégico clássico ocidental se desenvolvia na União Soviética (URSS), intensificava-se, a partir da década de 1920, o debate acadêmico sobre a estratégia marítima nacional. A Escola de Guerra Naval Russa era influenciada por professores como Mikhail Petrov e Boris Gervais, defensores da criação de uma grande esquadra baseada em conceitos mahanianos de comando do mar<sup>8</sup>, sendo conhecidos como a ‘Antiga Escola’. Em oposição, a ‘Nova Escola’, com pensadores como Dushenov e Aleksandrov, argumentava que as inovações tecnológicas como submarinos e porta-aviões haviam tornado os conceitos tradicionais de comando do mar ultrapassados (Herrick, 1988).

Como efeito, esse embate levou à emergência de uma terceira corrente, a nova Escola Soviética de Guerra Naval, que sintetizava ideias das escolas anteriores sob uma nova ótica e promovia uma ‘estratégia de equalização da força’. Essa escola adotava o conceito de ‘Comando Limitado do Mar’ similar às ideias de controle do mar de Corbett, focando na disputa em áreas focais para estabelecer um comando temporário e proteger linhas de comunicação. Para Herrick, essa estratégia exigia uma esquadra equilibrada composta por submarinos, aeronaves e navios de superfície (Herrick, 1988).

Nesse sentido, a partir da década de 1940 novos acadêmicos como Alafuzov, propuseram estratégias para expandir gradualmente as capacidades marítimas soviéticas. Com a chegada do almirante Sergei Gorshkov<sup>9</sup> (1910-1988) ao comando

---

<sup>7</sup> Esquadra em Potência é uma estratégia naval em que uma Esquadra, ao permanecer em porto ou em áreas protegidas, exerce uma ameaça constante sobre o inimigo, limitando suas operações sem se envolver diretamente em combate (Till, 2018).

<sup>8</sup> O conceito de Comando do Mar, refere-se à capacidade de uma nação de controlar as principais rotas marítimas, garantindo a sua própria liberdade de navegação enquanto nega o mesmo ao inimigo (Hattendorf, 1991).

<sup>9</sup> Sergei Gorshkov (1910-1988) é amplamente reconhecido por transformar a Marinha Soviética de uma força regional em uma das maiores forças navais do mundo, capaz de projetar poder em escala global. Seu livro, "The Sea Power of the State", é considerado um trabalho fundamental na literatura sobre estratégia naval soviética (Gorshkov, 1979).

da Marinha em 1956, houve um refinamento dos conceitos estratégicos, incorporando os avanços tecnológicos pós-Segunda Guerra Mundial. Gorshkov sistematizou essas ideias em políticas marítimas que priorizavam a projeção de poder dissuasório e o desenvolvimento de uma esquadra capaz de executar as tarefas de dissuasão estratégica, controle do mar e negação de acesso a áreas costeiras (Herrick, 1988).

#### 2.1.5 O pensamento estratégico marítimo no século XXI

O debate sobre o pensamento estratégico marítimo no século XXI inicia-se em 2000, com a contribuição de Wayne P. Hughes Jr., destacando a revolução tática que os mísseis trouxeram à guerra marítima. Hughes (2000) apontou que o aumento no alcance e na potência dos mísseis elevou substancialmente a capacidade ofensiva e de concentração de fogo dos navios, uma observação que já havia sido sugerida por Gorshkov em 1979, mas sem a análise detalhada que Hughes ofereceu.

Isso posto, a introdução de mísseis mais pesados nivelou as capacidades ofensivas entre navios de grande e pequeno porte, visto que até os porta-aviões poderiam ser ameaçados por embarcações menores, mas bem armadas. Hughes (2000) também notou uma crescente prevalência de batalhas em águas costeiras, onde a complexidade aumenta com a interação entre elementos terrestres e marítimos, envolvendo diversos tipos de mísseis, radares e interferências magnéticas continentais. Ele conclui que, embora os mísseis não tenham mudado a essência da guerra marítima, tornaram-na significativamente mais letal e complexa, influenciando diretamente as estratégias de projeção de poder e controle marítimo, além de reforçar as capacidades de negação de área.

Conforme sugere Geoffrey Till (2018), considerado uma das principais autoridades em estratégia marítima com uma produção acadêmica robusta destacada em seu livro *Seapower*, a globalização tem alterado significativamente as operações marítimas, principalmente após o término da Guerra Fria, ligando-as mais às regiões costeiras e estabelecendo as esquadras conforme o papel estatal no contexto externo. Till defende uma alteração de paradigma na formação das esquadras e nas funções que elas desempenham. Valendo-se dessa estrutura, os países mais avançados tendem a adotar um paradigma pós-moderno, organizando suas marinhas para proteger não apenas o próprio país, mas também o Sistema Internacional. Além disso,

esses países colaborariam entre si, compartilhando recursos de defesa e assumindo funções complementares em missões internacionais.

Por outro lado, países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento, céticos em relação ao sistema globalizado e preocupados com sua segurança, tendem a adotar um paradigma moderno. Eles mantêm marinhas com capacidades amplas, uma indústria de defesa independente e uma menor dependência de outros países. Desta forma, Till (2018) observa que, embora não seja comum que países sigam exclusivamente um paradigma, eles geralmente gravitam em torno de um, dependendo de sua posição no Sistema Internacional.

## 2.2 O DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA A2/AD

Durante a Guerra Fria (1947-1989), os EUA mantiveram suas forças militares na Ásia e na Europa como parte de uma estratégia de contenção<sup>10</sup> contra a União Soviética. Essa abordagem enfatizava a dissuasão e a defesa avançada, baseada na clara compreensão por parte de Washington das possíveis áreas de agressão soviética e na segurança de suas bases militares no exterior, mesmo sob ameaça de ataques inimigos (Krepinevich; Watts; Work, 2003).

Ainda segundo os autores, as preocupações dos estrategistas norte-americanos começaram a se materializar após as ações decisivas dos EUA na Guerra do Golfo (1990-1991), que acabaram de vez com a complacência de seus potenciais adversários, como China, Coreia do Norte e, em menor grau, Irã. Como consequência, esses países começaram a explorar estratégias de guerra não convencionais para confrontar o domínio das forças militares norte-americanas.

De fato, era esperado que os inimigos dos EUA adotassem uma abordagem não convencional para a condução dos conflitos, preferindo guerras assimétricas. O desenvolvimento acelerado das tecnologias militares forneceu os meios necessários para a implementação dessas estratégias. Após o fim da Guerra Fria, os estrategistas americanos começaram a se preocupar cada vez mais com a possibilidade de que um

---

<sup>10</sup> Estratégia de contenção é uma política de segurança adotada durante a Guerra Fria, cujo objetivo era limitar a expansão da influência soviética e do comunismo global, através do fortalecimento das alianças e do apoio a países ameaçados por movimentos comunistas (Kennan, 1951).

inimigo, em um cenário de conflito, adotasse uma estratégia<sup>11</sup> destinada a restringir a capacidade de suas forças militares de operar globalmente (Cliff, 2007).

Diante desse panorama, Freedman (2017) observa que conforme a China se desenvolvia economicamente, sua marinha também se fortalecia, tornando-se a expressão mais evidente de seu poder. Watts, Krepinevich e Work (2003), aprofundaram a discussão sobre o conceito no estudo "*Meeting the Anti-Access and Area Denial Challenge*" realizado no *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA<sup>12</sup>). Este estudo foi marcante por utilizar pela primeira vez em larga escala o acrônimo A2/AD.

Fruto desse entendimento, foi definido que as estratégias *Anti-Access* (A2) visam prevenir a aproximação de forças inimigas em uma área de operações, enquanto as medidas de *Area Denial* (AD) têm o objetivo de restringir a liberdade de movimentação das tropas hostis em uma área controlada pelo inimigo. Devido à preocupação com as estratégias A2/AD adotadas por outras nações, o Relatório Quadrienal de Defesa (QDR) de fevereiro de 2010 recomendou medidas para assegurar o acesso global em quaisquer circunstâncias. Essas medidas incluíram a ampliação da capacidade de ataques de longa distância, o desenvolvimento de veículos submersíveis não tripulados, a garantia de acesso ao espaço e, notavelmente, a formulação do *Air-Sea Battle Concept*<sup>13</sup> (Freedman, 2017).

Embora a Marinha dos Estados Unidos tenha enfatizado que se trata de um conceito e não de uma estratégia, e que não está diretamente vinculado à China, essa abordagem é amplamente interpretada como uma resposta às capacidades navais assimétricas chinesas, incluindo mísseis, submarinos e pequenos navios de ataque, que são vistos como ameaças às vantagens militares dos EUA (Till, 2012).

Nesse contexto, o *Department of Defense (DoD)* dos EUA, em 2012, publicou uma definição militar formal para ambos os termos por meio da publicação *do Joint*

---

<sup>11</sup> Para efeitos deste trabalho será adotado o conceito de estratégia geral de Castex, o qual designa a estratégia como a arte de conduzir, em tempo de guerra e em tempo de paz, o conjunto de forças e meios de luta de uma nação (Coutau-Bégarie, 2010).

<sup>12</sup> O CSBA é *Think Tank* independente que visa criar conceitos inovadores na área de defesa, além de fomentar discussões públicas e incentivar medidas que preservem os interesses dos Estados Unidos e de seus aliados (CSBA, 2020).

<sup>13</sup> O "Air-Sea Battle Concept" é uma estratégia militar dos Estados Unidos que integra forças aéreas e navais para enfrentar e superar as defesas adversárias em ambientes de anti-acesso e negação de área (A2/AD). Ele visa manter a capacidade de projeção de poder dos EUA em regiões disputadas, garantindo a liberdade de operação e a superioridade operacional através da interoperabilidade, uso de tecnologias avançadas e táticas conjuntas (DoD, 2013)

*Operational Access Concept (JOAC)*<sup>14</sup>, onde formalizou a estratégia A2/AD conforme a perspectiva dos militares americanos. No documento, Antiacesso (A2) é definido como "capacidades, geralmente de longo alcance, projetadas para impedir que um inimigo avançando entre em uma área operacional." e Negação de Área (AD) como "capacidades, geralmente de menor alcance, projetadas não para manter o inimigo afastado, mas para limitar sua liberdade de ação dentro da área operacional." (EUA, 2012, p. 40, tradução nossa<sup>15</sup>)

A partir das definições apresentadas, conclui-se que a evolução do conceito de A2/AD está relacionada ao contexto geopolítico e às alterações na distribuição do poder global. A referida estratégia tem sido concebida como um meio de equalizar a disputa de poder e fortalecer as capacidades defensivas dos atores menos poderosos.

Sendo assim, Tangredi (2013) aborda o conceito de uma perspectiva ampliada. Para ele, *Anti-Access/Area Denial* representam termos modernos para descrever estratégias que visam impedir a operação de um adversário próximo, ao redor ou no interior de uma área disputada. Ademais, em sua visão ambos os termos compõem um único conceito crítico, onde "guerra antiacesso" seria uma expressão mais adequada para essa interpretação. Ele argumenta ainda que a expressão A2/AD negligencia o papel da dissuasão e os aspectos não militares. Além disso, a componente de negação de área no conceito A2/AD é associada a ações táticas que envolvem o confronto direto entre forças, o que oferece uma contribuição limitada para um entendimento mais amplo da estratégia.

Por tudo isso, após explorar as origens da estratégia A2/AD e definir seus termos, é essencial analisar seus componentes fundamentais para compará-los com o pensamento estratégico marítimo chinês. Segundo Tangredi (2013), cinco fatores-chave identificados em conflitos históricos que empregaram essa estratégia justificam a adoção do A2/AD como uma abordagem estratégica viável para um Estado em conflito. Esses elementos são essenciais tanto para influenciar a decisão de adotar a estratégia quanto para determinar o desfecho do conflito. Antes de abordarmos os princípios é necessário destacar que embora possam ser considerados isoladamente, esses fatores não são completamente independentes entre si. Na verdade, eles interagem para moldar o ambiente estratégico, fazendo com que a adoção de uma

---

<sup>14</sup> Documento político aprovado pelo presidente do *Joint Chiefs of Staff* (EUA, 2012).

<sup>15</sup> No original: *Anti-access (A2): capabilities, usually long-range, designed to prevent an advancing enemy from entering an operational area e Area Denial (AD): capabilities, usually of shorter range, designed not to keep the enemy out but to limit his freedom of action within the operational area.*"

postura defensiva de negação de acesso seja uma decisão estratégica racional.

A 'percepção de superioridade estratégica da força atacante' é o primeiro fator que leva os líderes estatais (ou grupos armados) a escolherem a estratégia A2/AD como sua principal tática defensiva. Sem essa percepção de desvantagem, um decisor racional não adotaria tal postura, pois implementar a estratégia citada exige um investimento significativo em recursos militares que poderiam, alternativamente, ser empregados em ofensivas diretas contra o adversário (Tangredi, 2013).

Como segundo fator, pode-se identificar a 'supremacia da geografia'. Os acidentes geográficos, quando controlados pelo defensor, podem reforçar sua posição e dificultar as ações inimigas. Utilizar esses elementos físicos é crucial para a eficácia da estratégia A2/AD (Tangredi, 2013).

Nesse contexto, como terceiro fator, enfatiza-se a 'predominância do domínio marítimo dentro do teatro de operações', que embora derivada da supremacia da geografia, é considerada separadamente devido à sua significância. Ao pensarmos em operações militares de alcance global, fica evidente a importância das áreas marítimas. A possibilidade de desdobrar-se para qualquer região do globo constitui a principal vantagem de uma força. Por outro lado, a capacidade de impedir o uso dessas áreas é crucial para o sucesso de uma campanha de negação de acesso. Assim, a supremacia nas ações marítimas torna-se essencial para qualquer força militar que pretenda implementar o conceito estratégico de A2/AD (Tangredi, 2013).

Soma-se a isso, como quarto fator, a 'criticidade da informação e da inteligência'. A coleta, análise e interpretação de dados precisos e atualizados são fundamentais para entender as intenções, capacidades e movimentações do inimigo. Isso possibilita a identificação de ameaças em potencial, a antecipação das ações do adversário, a implementação de defesas adequadas e, acima de tudo, oferece a chance de tomar iniciativas para impedir a ação efetiva na área que se deseja negar. A inteligência também é crucial para descobrir vulnerabilidades no adversário, as quais podem ser exploradas para comprometer suas operações (Tangredi, 2013).

Por fim, como quinto fator, temos o 'impacto determinante de eventos extrínsecos'. Esta questão envolve a ocorrência de eventos externos em uma região que embora não esteja diretamente ligada ao conflito, repercute de alguma forma nas forças oponentes. Entende-se que a força superior estará mais vulnerável a tais eventos, pois sua presença e influência no cenário internacional tendem a ser mais abrangentes. Dado esse quadro, podem ser utilizadas iniciativas em outras áreas,

como relações diplomáticas e econômicas, bem como atividades políticas e culturais. Isso destaca a natureza multidisciplinar das ações envolvidas na implementação da estratégia A2/AD (Tangredi, 2013).

Com base na análise do conceito de *Anti-Access/Area Denial (A2/AD)*, a estratégia marítima chinesa reflete um esforço deliberado para contrapor a superioridade militar dos EUA. A implementação de tecnologias avançadas, como mísseis de longo alcance e submarinos, demonstra um enfoque em manter adversários estratégicos a distâncias seguras e fora de sua área de atuação. A China integra medidas militares com estratégias políticas e econômicas, buscando fortalecer sua posição geopolítica e afirmar-se como uma potência marítima relevante. Essa adaptação estratégica indica uma abordagem proativa que busca não só uma vantagem defensiva, mas também uma influência ampliada no Mar do Sul da China.

### 2.3 ANÁLISES E IMPLICAÇÕES

Na primeira seção, ao explorar a evolução da estratégia marítima, percebe-se que todas as linhas de pensamento visam, de alguma forma, limitar o acesso a uma área de interesse, utilizando-se não só da vertente militar do poder nacional, mas também das demais expressões. A estratégia marítima inclui não apenas as operações navais, mas também a integração dessas operações em um contexto mais vasto, que abrange todas as atividades econômicas, políticas e de segurança relacionadas ao mar.

Como exemplo dessa integração, podemos citar Julian Corbett, que defendia que o controle do mar não era usado exclusivamente para derrotar a esquadra inimiga em batalha, mas também para facilitar as operações terrestres e proteger o comércio marítimo. Já a *Jeune École* propôs focar em cruzadores rápidos e torpedeiros para atacar os navios mercantes do inimigo em vez de engajar grandes esquadras, buscando minar a economia do oponente. Sergei Gorshkov desenvolveu conceitos que integravam a Marinha em uma estratégia de defesa nacional mais ampla, destacando a necessidade de uma força capaz de operar tanto em águas azuis<sup>16</sup> quanto em capacidades de negação de área. Em contrapartida, Geoffrey Till

---

<sup>16</sup> Para efeitos deste trabalho, o termo **águas azuis** refere-se à capacidade de uma marinha de operar em mar aberto, além de suas águas territoriais e zonas econômicas exclusivas, projetando poder em escalas regionais ou globais.

argumenta que a estratégia marítima deve evoluir para enfrentar os desafios do século XXI, incluindo ameaças assimétricas, pirataria e a necessidade de operações humanitárias e de preservação da lei no mar.

Em seguida, este estudo buscou descrever o conceito da estratégia A2/AD e sua aplicação contemporânea. Krepinevich moldou seu conceito moderno como aplicável principalmente a estados com menor capacidade de combate contra um inimigo superior, buscando limitar sua liberdade de ação e negar seu acesso a uma área operacional importante. Por outro lado, Tangredi expandiu a visão da estratégia A2/AD dentro da estratégia marítima, apresentando-a como uma abordagem pautada em precedentes históricos e princípios estratégicos fundamentais. Ele destaca que as estratégias A2/AD não são conceitos modernos, mas sim práticas que têm sido empregadas ao longo do tempo por nações menos poderosas.

Dessa forma, o próximo capítulo examinará como a China tem estabelecido seu controle e influência no MSC, avaliando o impacto da aplicação das estratégias A2/AD na estabilidade regional, na liberdade de navegação e nas relações de poder entre os estados costeiros e as demais potências globais.

### 3. A SEGURANÇA MARÍTIMA DO MAR DO SUL DA CHINA

Este capítulo se propõe a analisar a crescente militarização do Mar do Sul da China e seus impactos nos países do Sudeste Asiático, bem como a atuação dos Estados Unidos e da China na disputa pela influência regional, incluindo a questão da “territorialização” da região.

Inicialmente, será realizada uma análise histórica dos principais eventos que influenciaram a disputa pelo poder regional. Na sequência, será examinado o comportamento do governo chinês na condução de sua estratégia marítima no Mar do Sul da China, destacando o processo de militarização da região e a atuação da marinha norte-americana. Em seguida, será explorado o conceito da *Nine-Dash Line*<sup>17</sup> e sua relação direta com a “territorialização” do Mar do Sul da China. Por fim, a análise buscará elucidar o impacto das ações chinesas na geopolítica regional, destacando as implicações para os países do Sudeste Asiático e para a atuação dos EUA na região.

#### 3.1 O MAR DO SUL DA CHINA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Mar do Sul da China é um mar semifechado<sup>18</sup> situado no Pacífico Ocidental, conhecido por ser o cenário de intensas disputas territoriais envolvendo a maioria dos países que o margeiam. Nessa área, localizam-se rotas comerciais marítimas cruciais para o comércio global e o desenvolvimento da Ásia, além de significativas reservas de recursos naturais, incluindo petróleo e gás.

Segundo dados do *International Monetary Fund* (2023), a China é a segunda maior economia do planeta com um PIB de 17,6 trilhões de dólares e uma população que ultrapassa 1,42 bilhões de pessoas, representando quase 20% da população mundial. Após os anos 2000, a China passou a reivindicar o controle de praticamente todo o Mar do Sul da China, construindo ilhas artificiais, disputando territórios e direcionando sua diplomacia para atuar junto aos tribunais internacionais e à

---

<sup>17</sup> A *Nine-Dash Line* é uma demarcação usada pela China para reivindicar vastas áreas do MSC. Esta linha não segue nenhuma norma internacionalmente reconhecida e sobrepõe-se às ZEE de vários países vizinhos, incluindo Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei e Indonésia. A linha tem sido uma fonte de intensas disputas territoriais e marítimas na região (DoS, 2014).

<sup>18</sup> O termo “mar semifechado” refere-se a uma área marítima parcialmente cercada por terra, tendo uma conexão limitada com o oceano aberto (CLCS, 1999).

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar<sup>19</sup> (CNUDM) na defesa de seus interesses.

Nessa conjuntura, a intensificação das disputas sobre a delimitação da Zona Econômica Exclusiva entre Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei, Indonésia, Taiwan e China tem atraído atenção mundial. Embora diversos acordos tenham sido estabelecidos no início da década de 1960, as disputas fronteiriças persistem até os dias atuais. A China reivindica territórios com quase todos os seus vizinhos no Mar do Sul da China, que é circundado ao norte pela China e Taiwan; a oeste pelo Vietnã; a leste pelas Filipinas; e ao sul pela Indonésia, Malásia e Brunei, conforme indicado pela Figura 1. O Mar do Sul da China abriga duas regiões insulares disputadas: as Ilhas Spratly, reivindicadas pela China, Taiwan, Malásia, Filipinas e Brunei; e as Ilhas Paracel, pleiteadas pela China e Vietnã (Silva, 2016).

Não obstante, a CNUDM, assinada em 1982, pode ter indiretamente fomentado a corrida pela soberania das ilhas no Mar do Sul da China, pois a ocupação dessas ilhas permite a extensão da ZEE dos países envolvidos. Cabe ressaltar que entre os sete atores locais, somente a Indonésia não possui reivindicações na área. Embora não seja amplamente reconhecido como um Estado e, conseqüentemente, não seja parte da Convenção, Taiwan adotou em sua legislação, a partir de 1998, dispositivos que possibilitam a reivindicação de zonas marítimas conforme previsto pela CNUDM (Silva, 2016).

Ademais, é essencial distinguir juridicamente ilhas e rochedos conforme estabelecido pela CNUDM. O artigo 121.1 define uma ilha como "uma formação natural de terra, rodeada de água, que fica a descoberto na preamar". Convém mencionar que as ilhas artificiais são construídas sobre recifes ou áreas submersas e, portanto, não se enquadram como ilhas segundo o dispositivo citado. Em relação à definição de rochedo, o artigo 121.3 define-o como "formações naturais de terra, cercadas de água e acima do nível da preamar que não se prestam à habitação humana ou à vida econômica e, portanto, não devem ter ZEE nem plataforma continental". Deve-se enfatizar que outras formações físicas como bancos de areia, recifes, atóis e áreas submersas, não geram por si só direitos à exploração econômica. Sendo assim, o Direito Internacional Marítimo (DIM) invalida as reivindicações

---

<sup>19</sup> A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) é um tratado internacional que define os direitos e responsabilidades dos Estados na utilização dos oceanos, estabelecendo diretrizes para a gestão dos recursos marinhos e o meio ambiente marinho (ONU, 1982).

chinesas, pois a posse de recifes e a construção de ilhas artificiais não garantem a expansão de sua ZEE (ONU, 1982).

É relevante observar que as disputas no Mar do Sul da China não se limitam à simples interpretação da CNUDM. Há registros históricos de que embarcações de diferentes países e dinastias navegam por essa região há mais de dois mil anos. Merece atenção o fato de que por um longo período a dinastia Han<sup>20</sup> controlou o comércio local. Entretanto, assim que o império chinês voltou sua atenção para a Rota da Seda<sup>21</sup>, a região passou a ser controlada primeiro por outros reinos e depois por outros Estados. No século XVI, Portugal, Espanha, Reino Unido e Holanda tiveram uma presença significativa no comércio regional, chegando a conquistar diversos portos e cidades na região. A influência europeia diminuiu no século XVII, mas foi retomada no século XIX e XX por França e Reino Unido (Britannia, 2024).

Posteriormente, entre 1942 e 1945, o Japão foi o único país a controlar completamente o Mar do Sul da China após conquistar os territórios atualmente disputados. No entanto, a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial resultou em uma reestruturação geopolítica da região, com a China reassumindo o controle das ilhas. A Declaração de Cairo, assinada em 1943, estipulou que o Japão deveria devolver todas as ilhas do Pacífico ocupadas desde a Primeira Guerra Mundial, bem como os territórios tomados da China. Em seguida, o Tratado de São Francisco de 1951 confirmou que o Japão renunciaria a todo direito e reivindicação sobre as Ilhas Paracel e Spratly (Fakhoury, 2019).

Convém ressaltar que, durante a Guerra Fria (1947-1991) e as revoluções de independência na região, o Mar do Sul da China foi patrulhado pelas marinhas dos Estados Unidos, Reino Unido e França, com o objetivo de prevenir revoltas e impedir o abastecimento de guerrilhas comunistas. Com a Guerra do Vietnã e a diminuição da presença naval britânica e francesa, os Estados Unidos emergiram como a principal potência militar na região. Em 1958, a China, que não foi convidada para a Primeira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (ONU, 1958) realizada em Genebra, Suíça, promulgou sua Declaração de Mar Territorial<sup>22</sup>, reivindicando

---

<sup>20</sup> A Dinastia Han foi a segunda dinastia imperial chinesa, governando de 206 a.C. a 220 d.C. Durante este período, o confucionismo se estabeleceu como a ideologia dominante, e a China expandiu suas fronteiras territoriais, promovendo o comércio através da Rota da Seda (Gascoigne, 2003).

<sup>21</sup> A Rota da Seda era uma rede de rotas comerciais que conectava o oriente ao ocidente, atravessando a Ásia Central e o Oriente Médio até o Mediterrâneo (Hansen, 2012).

<sup>22</sup> A Declaração de Mar Territorial, aprovada durante a Primeira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS I) em 1958, estabeleceu que cada Estado tem o direito de estabelecer a

soberania sobre grande parte das ilhas do Mar do Sul da China. Esse ato deu início às discussões e conflitos que perduram até os dias atuais (Fakhoury, 2019).

### 3.2 A MILITARIZAÇÃO DO MAR DO SUL DA CHINA

A evolução da estratégia marítima chinesa após o término da Guerra Fria (1947-1991) expõe uma notável transformação na geopolítica contemporânea, refletindo mudanças profundas nas ambições e capacidades do país. Essa transformação sinaliza um reposicionamento estratégico da China, buscando afirmar-se como uma potência relevante tanto regional quanto globalmente. Ao adotar uma abordagem mais assertiva no Mar do Sul da China, a China não apenas defende seus interesses territoriais e econômicos, mas também projeta sua influência sobre rotas marítimas cruciais para o comércio internacional. Essa mudança estratégica é especialmente relevante quando analisada à luz da estratégia A2/AD, consolidando a presença e a hegemonia chinesa na região.

O MSC, como destacado por Kaplan (2014) em sua obra *Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific*, desempenha um papel fundamental na economia global. Kaplan sublinha a importância estratégica da região, não apenas para a China, mas também para o comércio mundial e a estabilidade regional, e descreve que:

O Mar do Sul da China funciona como a garganta dos oceanos Pacífico Ocidental e Índico – a massa de tecido econômico conjuntivo onde as rotas marítimas globais se combinam. Aqui está o coração da orla navegável da Eurásia, pontuada pelo Estreito de Málaca, Sunda, Lombok e Makassar (Kaplan, 2014, p. 25, tradução nossa<sup>23</sup>).

Segundo Thang e Thao (2012), 80% do petróleo importado pelo Japão, Coreia do Sul e Taiwan transita pelo Mar do Sul da China. Além disso, estima-se que o MSC contenha aproximadamente 213 bilhões de barris de petróleo ainda inexplorados. As reivindicações dos países na região envolvem não apenas aspectos geográficos, mas também históricos, econômicos e, conseqüentemente, de defesa e segurança. As

---

largura do seu mar territorial até um limite máximo de 12 milhas náuticas a partir das linhas de base determinadas. (ONU, 1958).

<sup>23</sup> No original "*The South China Sea functions as the throat of the Western Pacific and Indian Oceans – the mass of connective economic tissue where global sea routes coalesce. Here is the heart of Eurasia's navigable rimland, punctuated by the Malacca, Sunda, Lombok, and Makassar straits.*" (Kaplan, 2014, p. 25).

disputas territoriais surgem devido à sobreposição das reivindicações dos países costeiros e vizinhos. No caso da China, sua segurança econômica e, conseqüentemente, sua posição como a segunda maior economia do mundo, está profundamente ligada ao comércio marítimo. Se a estimativa de petróleo no Mar do Sul da China se confirmar, comparável ao do Golfo Pérsico, a China poderia suprir suas necessidades energéticas sem depender do Estreito de Malaca<sup>24</sup> (Kaplan, 2014).

Em vista disso, conforme indicado na Figura 1, as reivindicações da China vão além das contempladas pela CNUDM. Outros países da região adotam abordagens estratégicas similares, buscando legitimidade junto aos organismos internacionais para seus pleitos. Por exemplo, o Vietnã busca incluir as Ilhas Paracel e Spratly como extensão de sua ZEE. As Filipinas concentram-se na expansão de suas atividades pesqueiras, buscando uma ZEE que atenda às suas necessidades econômicas. A Malásia reivindica as Ilhas Spratly como parte de seu território. A Indonésia está preocupada com a sobreposição da *Nine-Dash Line* sobre os campos de gás das Ilhas Natuna, que estão parcialmente dentro de sua ZEE, enquanto Brunei reivindica o atol Louisa (Silva, 2016).

Deve-se considerar que até o final dos anos 1990, as tensões no Mar do Sul da China estavam controladas, e os países envolvidos estavam satisfeitos em manter o “status quo”. A China, por sua vez, mostrou-se disposta a discutir questões regionais na *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN)<sup>25</sup>, reconhecendo que a estabilidade era essencial para o desenvolvimento e a modernização da região. Isso levou a China a adotar políticas de não confronto em relação aos demais países (Silva, 2016).

Entretanto, a partir de 2001, a colisão entre um avião de inteligência da marinha norte-americana (EP-3) e um caça interceptador chinês (J-8II), a 160 km das Ilhas Paracel, deu início a uma escalada de tensões no Mar do Sul da China que perdura até os dias atuais. O piloto chinês faleceu e a aeronave americana teve que realizar um pouso forçado na Ilha de Hainan, a 10 km do local. Os 24 tripulantes americanos

---

<sup>24</sup> O Estreito de Malaca é uma passagem marítima estreita entre a Península Malaia e a Ilha de Sumatra, na Indonésia. É uma das rotas de navegação mais importantes do mundo, conectando o Oceano Índico ao Mar do Sul da China e facilitando o comércio internacional entre a Europa, o Oriente Médio e a Ásia Oriental (Church, 2017).

<sup>25</sup> ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*) é uma organização regional intergovernamental composta por dez países do Sudeste Asiático: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã. A organização foi estabelecida em 1967 visando promover a cooperação econômica, política, de segurança e sociocultural entre seus membros (ASEAN, 2024).

foram detidos e interrogados, sendo liberados somente após uma declaração oficial do governo dos EUA. Na carta, o embaixador americano expressou pesar pela morte do piloto e pelo pouso não autorizado em território chinês. Em março de 2014, dois navios filipinos foram expulsos das Ilhas Spratly pela Guarda Costeira chinesa. O governo filipino criticou a expulsão, alegando que o incidente ocorreu dentro de sua ZEE (The Free Library, 2001).

Nesse contexto, em maio do mesmo ano ocorreram manifestações no Vietnã após uma colisão entre navios vietnamitas e chineses nas proximidades de uma plataforma de petróleo recentemente instalada pela China. O Vietnã afirmou que a China enviou mais de 80 navios para apoiar a perfuração de um poço localizado em uma área em disputa, divulgando vídeos que mostravam navios chineses atacando embarcações vietnamitas. Diante disso, os EUA acusaram a China de provocação e alertaram que tais disputas poderiam desestabilizar a região. A ASEAN também expressou preocupação com as tensões regionais (BBC, 2014).

Considerando os litígios observados em exemplos históricos, é evidente a escalada das tensões no Mar do Sul da China, resultante da disputa de poder entre a China e os demais países da região com apoio dos EUA. A competição por recursos naturais como petróleo e gás, somada às reivindicações territoriais, intensifica a instabilidade na área.

Sob um enfoque alternativo, a construção e expansão de ilhas artificiais oferecem a China espaço para estabelecer sua presença militar, permitindo a condução de patrulhas aéreas e marítimas regulares por meio de postos avançados em todo o MSC. A rápida montagem dessa infraestrutura pode consolidar a soberania da China na área antes que outros contestantes possam tomar medidas efetivas. Não obstante, o governo dos Estados Unidos condena a construção dessas ilhas, destacando que, segundo a CNUDM, ilhas artificiais não garantem direitos às águas territoriais para a nação ocupante. Embora países como Vietnã e Malásia também tenham expandido recifes, nenhum deles possui a capacidade de dragagem e construção comparável à da China (Sanger, 2015).

Ademais, as Ilhas Spratly formam um arquipélago composto por mais de 700 ilhas, recifes, corais e ilhéus. Essas porções de terra controlam importantes rotas comerciais no Sudeste Asiático e abrigam grandes reservas de petróleo e gás natural. Em 1973, o Vietnã ocupou as Ilhas Spratly; contudo, em 1988, a China retomou parte desses territórios, embora não tenha conseguido desalojar totalmente as forças

filipinas e vietnamitas ali presentes. Atualmente, a China controla oito ilhas, o Vietnã controla vinte e nove, e as Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan controlam o restante, conforme indicado na Figura 1 (Fakhoury, 2019).

Da mesma forma, a China realiza dragagens ao norte do Mar do Sul da China, especificamente nas Ilhas Paracel, que se encontram a cerca de 5,6 milhas náuticas da base militar chinesa na Ilha Woody, a capital administrativa de três cadeias de ilhas reivindicadas por Pequim no Mar da China Meridional. Este pequeno grupo de ilhas e recifes, composto por três grupos de atóis de corais, fazia parte da Indochina sob controle francês em 1935 e foi ocupado pela China após um conflito armado com o Vietnã em 1974. Desde então, a China controla todas as Ilhas Paracel, embora as disputas territoriais continuem. Embora reivindicada pelo Vietnã e Taiwan, a região é utilizada pelas forças armadas chinesas, conforme observado nas Figuras 2 e 3, que mostram o aparato militar instalado nas ilhas (Lee, 2016).

No cenário de constante militarização do Mar do Sul da China, é importante destacar o papel da *Cooperation Afloat Readiness and Training* (CARAT), que realiza uma série de exercícios navais bilaterais anuais entre a Marinha dos Estados Unidos e as marinhas de países parceiros do Sudeste Asiático e do Sul da Ásia (U.S. Navy, 2023). Esses exercícios visam aumentar a cooperação e a interoperabilidade entre as forças navais dos EUA e dos países participantes, promovendo a segurança marítima regional e o fortalecimento das relações bilaterais. Desde sua primeira edição em 1995, que contou apenas com os EUA e a Tailândia, o CARAT expandiu-se para incluir Brunei, Bangladesh, Filipinas, Camboja, Indonésia, Singapura, Timor-Leste, Malásia e Tailândia. A China considera essa cooperação uma ameaça à sua soberania, receando que o fortalecimento das forças armadas dos países participantes e a constante presença dos EUA possam comprometer seus planos de militarização e controle do Mar do Sul da China (GCF, 2024).

Nesse ponto, segundo dados do *DoD Releases Fiscal Year - Freedom of Navigation Report* (EUA, 2017 a 2023), diversas operações de *Freedom of Navigation* (FONOPs)<sup>26</sup> e treinamentos militares foram realizados no Mar do Sul da China. A administração Trump conduziu 37 FONOPs em águas disputadas, incluindo as ilhas

---

<sup>26</sup> Operações de Liberdade de Navegação (FONOPs) são manobras realizadas por navios e aeronaves militares para desafiar reivindicações marítimas excessivas feitas por estados costeiros, assegurando os direitos de passagem conforme o direito internacional, particularmente a CNUDM. As FONOPs visam manter a liberdade de navegação e sobrevoos em águas internacionais, contestando restrições ilegais impostas por alguns países (DoD, 2022).

Paracel e Spratly (EUA, 2017 a 2020). A administração Biden continuou essas operações, com seis FONOPs em 2021, sete em 2022 e sete em 2023 (EUA, 2021 a 2023). Essas operações desafiam as reivindicações marítimas feitas pela China e outros países na região e visam reafirmar a liberdade de navegação de acordo com o direito internacional.

Assim sendo, embora reconheça e defenda a liberdade de navegação e sobrevoo nas ilhas Spratly conforme o direito internacional, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, afirmou que a "invasão" e a "ocupação ilegal" de certas ilhas e recifes pelas Filipinas são uma das principais causas das disputas territoriais na região (China Daily, 2024). Pequim utiliza essa terminologia para enfatizar sua posição de que possui soberania incontestável sobre essas áreas e para criticar as ações que considera provocativas por parte de outros países. Segundo Chen (2018), as atividades marítimas de outros Estados na área contestada, especialmente as dos norte-americanos, incomodam Pequim. Além disso, a presença dos EUA oferece aos demais países a oportunidade de explorar a rivalidade entre China e EUA em suas negociações. A China considera que alguns de seus vizinhos estão agindo de forma provocativa ao aumentar a presença militar em recifes e ilhas sob disputa.

Por consequência, a China e os EUA se acusam mutuamente de militarizar a região. O Partido Comunista Chinês (PCC), aliado à mídia chinesa, declarou que fará tudo ao seu alcance para defender a soberania sobre as ilhas Spratly e Paracel. Por outro lado, os Estados Unidos utilizam os exercícios de FONOPs para manter sua presença na região e tentar evitar ações mais agressivas da China. Embora as ações norte-americanas sejam vistas como benéficas pelos demais Estados presentes no Mar do Sul da China, elas também agravam a situação ao serem percebidas como uma ameaça adicional à soberania da China.

### 3.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO MAR DO SUL DA CHINA

O conceito da *Nine-Dash Line* refere-se à demarcação utilizada pelos chineses para reivindicar grande parte do Mar do Sul da China. Essa linha, ilustrada na Figura 4 e presente em mapas chineses desde a década de 1940, abrange áreas disputadas que se sobrepõem às Zonas Econômicas Exclusivas de outros países do Sudeste

Asiático, resultando diretamente na 'territorialização' da região (Yu, 2005).

Para exemplificar, Haver (2021) discute a política de "territorialização" chinesa, especialmente com o estabelecimento da cidade de Sansha em 2012. Pequim criou esta localidade para administrar a maior parte de suas reivindicações territoriais e marítimas no Mar do Sul da China. A administração da cidade está sediada na Ilha Woody<sup>27</sup> e sua jurisdição inclui as Ilhas Paracel, as Ilhas Zhongsha e as Ilhas Spratly, além da maioria das águas dentro da *Nine-Dash Line* chinesa. Sansha é responsável por exercer o controle administrativo, implementar a fusão militar-civil e realizar o trabalho diário de defesa de direitos, manutenção da estabilidade, proteção ambiental e desenvolvimento de recursos. Desde 2012, cada nível do sistema do partido-estado chinês trabalhou para desenvolver Sansha, melhorando a infraestrutura física da cidade e os sistemas de transporte, comunicação, ecossistema corporativo, instituições do partido-estado e sistema de defesa de direitos. Efetivamente, o desenvolvimento da cidade produziu um sistema de controle administrativo normalizado, permitindo à China governar áreas contestadas do Mar do Sul da China como se fossem território chinês.

Esta linha não é reconhecida pelo direito internacional, mas a China a utiliza para justificar sua soberania sobre a região. A "territorialização" se completa quando a China constrói e militariza ilhas artificiais dentro dessa linha, estabelecendo presença física e controle administrativo. Esse processo inclui a construção de bases militares, pistas de pouso e portos, além da patrulha constante por embarcações chinesas, visando consolidar sua reivindicação territorial. As ações da China transformam o Mar do Sul da China em um espaço "territorializado", desafiando a liberdade de navegação e as ZEE dos países vizinhos (Fakhoury, 2019).

Ainda nesse contexto, as disputas territoriais no Mar do Sul da China são fundamentadas em diversos fatores. Cole (2013) argumenta que, embora menos quantificável, o orgulho nacional pode ser o mais significativo. Além disso, os recursos biológicos do mar e as rotas comerciais marítimas essenciais que cruzam essas águas desempenham papéis importantes. Os recursos energéticos potenciais, ainda não totalmente comprovados, são possivelmente os mais valiosos em termos econômicos.

Cabe ainda destacar que a política de defesa chinesa no MSC é uma

---

<sup>27</sup> A Ilha Woody (também conhecida como Yongxing Island em chinês) é a maior das Ilhas Paracel, localizada no Mar do Sul da China. A ilha serve como sede administrativa da cidade de Sansha e é um ponto estratégico para a China devido à sua localização geopolítica (Haver, 2021)

consequência direta dessa territorialização. Com a construção de infraestruturas militares, a China efetivamente projeta seu poder na região, criando um ambiente de tensão constante com seus vizinhos. Essa estratégia é parte integrante da doutrina A2/AD, que visa impedir o acesso de forças estrangeiras à área e consolidar o controle chinês sobre a região.

Como resultado, pode-se observar que a política de defesa chinesa no Mar do Sul da China não é apenas uma questão de soberania territorial, mas também uma ferramenta de projeção de poder e influência global de Pequim. A implementação da estratégia A2/AD é central para a proteção dos interesses chineses, assegurando que a China possa operar livremente dentro de sua "zona de exclusão"<sup>28</sup> enquanto limita as capacidades operacionais de potenciais inimigos. Assim, a análise da evolução da política de defesa chinesa no Mar do Sul da China revela uma estratégia sofisticada que combina elementos de soberania territorial, segurança nacional e projeção de poder, destacando a importância da região para a agenda geopolítica de Pequim.

### 3.4 CONCLUSÕES SOBRE A POLÍTICA DE DEFESA CHINESA NO MAR DO SUL DA CHINA

A ascensão da China tem atraído a atenção global, gerando um grande interesse em compreender seu poder e suas atividades militares. O investimento na área militar foi impulsionado pelo crescimento econômico da China. Para o Partido Comunista Chinês, é crucial que as Forças Armadas desempenhem um papel significativo na defesa da integridade territorial, segurança, soberania nacional e no apoio ao desenvolvimento do país.

Isso posto, as ações da China em relação ao MSC baseiam-se na política de 'Deixar as disputas de lado e procurar o desenvolvimento conjunto' (China, 2019, p.1, tradução nossa<sup>29</sup>), implantada por Deng Xiaoping<sup>30</sup>, que possui quatro elementos

---

<sup>28</sup> Zona de exclusão: área marítima onde o acesso e atividades são restritos a navios e aeronaves estrangeiras, geralmente para fins de segurança ou proteção ambiental, conforme estabelecido por convenções internacionais ou legislações nacionais. Essas zonas são frequentemente utilizadas em operações militares e de segurança para controlar o tráfego marítimo e prevenir conflitos (ONU, 1982)

<sup>29</sup> No original: *setting aside dispute and pursuing joint development*.

<sup>30</sup> Deng Xiaoping (1904-1997) foi um líder político chinês que desempenhou um papel fundamental na reforma econômica da China a partir do final da década de 1970. Ele é conhecido por introduzir políticas de mercado que transformaram a economia chinesa, mantendo o controle político do Partido Comunista Chinês. Sob sua liderança, a China iniciou a transição de uma economia planejada

principais:

1. A soberania dos territórios disputados é chinesa;
2. Enquanto não houver condições favoráveis para uma solução definitiva, a discussão sobre a soberania deve ser adiada, sem prescindir dos direitos, apenas mantendo a questão adormecida;
3. O desenvolvimento dos territórios disputados pode ocorrer de forma conjunta;
4. O objetivo desse desenvolvimento conjunto é promover a compreensão mútua através da cooperação e criar condições para uma eventual resolução definitiva.

Dessa forma, a China mantém seu programa de crescente militarização, alegando que este é necessário para a defesa de sua soberania. No entanto, os demais Estados que compartilham jurisdição sobre o MSC e os EUA não compartilham dessa visão e consideram as ações chinesas como uma ameaça. A China rejeita qualquer interpretação revisionista<sup>31</sup> e confronta aqueles que desafiam seu poder e seus interesses na região do Mar do Sul da China.

À luz do que foi discutido até aqui, o próximo capítulo se dedicará a explorar como a evolução da estratégia marítima chinesa tem influenciado a segurança marítima no Mar do Sul da China. Este capítulo destacará o papel do almirante Liu Huaqing na construção das bases do pensamento estratégico marítimo chinês e examinará como a estratégia marítima chinesa evoluiu de uma abordagem defensiva e centrada na região costeira, no período pós-Guerra Fria, fundamentada na estratégia A2/AD, para uma abordagem contemporânea voltada à projeção de poder e influência global.

---

centralmente para uma economia mista, que impulsionou o crescimento econômico e modernizou o país (Vogel, 2011).

<sup>31</sup> Interpretação revisionista refere-se à reavaliação de eventos históricos, políticas ou situações previamente aceitas, com a intenção de apresentar uma nova perspectiva ou corrigir entendimentos anteriores. Este termo é frequentemente utilizado no contexto de debates acadêmicos e políticos, onde diferentes interpretações podem influenciar a percepção de legitimidade e justiça em questões históricas ou atuais (Evans, 2000).

#### 4. O DILEMA DE SEGURANÇA NO MAR DO SUL DA CHINA

Após detalhar a evolução do pensamento estratégico marítimo desde Alfred Thayer Mahan até as concepções do século XXI, e abordar a origem, o conceito e as aplicações da estratégia A2/AD, além de investigar os elementos que compõem a política de defesa do Mar do Sul da China — com foco na crescente militarização da região e na territorialização dos espaços marítimos — este capítulo descreverá o dilema de segurança chinês no Mar do Sul da China, com ênfase na evolução da estratégia marítima chinesa desde o pós-Guerra Fria até os dias atuais, sob a ótica da Estratégia A2/AD.

Inicialmente, será analisada a evolução da estratégia marítima chinesa, destacando a influência do Almirante Gorshkov na formação das ideias do Almirante Liu Huaqing e como este último estabeleceu as bases do pensamento estratégico marítimo chinês. Para fornecer uma visão abrangente das prioridades de defesa da China e da modernização de suas forças armadas para enfrentar futuras ameaças, serão examinados os “Livros Brancos da Defesa Nacional”<sup>32</sup> chineses publicados entre 2004 e 2019. Isso permitirá entender a visão de longo prazo da China para se tornar uma potência dominante, tanto regional quanto globalmente, e como esses documentos são utilizados para coordenar as diversas áreas de política pública e segurança.

Na sequência, serão detalhadas as estratégias A2/AD implementadas pela China, identificando seus principais componentes, recursos e evoluções, bem como a forma como estas foram integradas à estratégia marítima adotada pelo país.

Por fim, será avaliado o impacto da evolução da estratégia marítima chinesa na segurança do MSC. Esta análise examinará como a capacidade da China de projetar poder e controlar áreas marítimas estratégicas tem desafiado diretamente a presença militar dos EUA na região e alterado as dinâmicas de segurança entre a China, os países da ASEAN, o Japão e a Austrália.

---

<sup>32</sup> O Livro Branco da Defesa Nacional da China é um documento oficial publicado periodicamente pelo governo chinês que detalha a política de defesa, as estratégias militares, a modernização das forças armadas e a visão geral de segurança nacional do país. (RPC, 2019).

#### 4.1 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA CHINESA

Segundo Tsao (2006), entre as décadas de 1950 e 1970, a Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN) tinha três objetivos principais:

1. Auxiliar o exército na retomada de Taiwan;
2. Proteger a costa contra atividades ilícitas, como ações de grupos políticos (incluindo o Kuomintang<sup>33</sup>) e pirataria;
3. Impedir invasões imperialistas pelo mar.

No entanto, foi com as reformas implementadas por Deng Xiaoping<sup>34</sup> a partir de 1978 que o país começou a seguir uma nova direção. Essas reformas impulsionaram o rápido crescimento econômico e adaptaram o conceito de 'Defesa Ativa' — que tinha um caráter eminentemente ofensivo e de defesa em profundidade — para uma abordagem mais defensiva voltada para a proteção das fronteiras, elevando a importância da marinha no cenário de defesa nacional (Shambaugh, 2002).

Nesse sentido, a reorganização promovida por Deng Xiaoping visava redirecionar o enfoque da PLAN, incorporando à sua missão de combater o imperialismo o objetivo de proteger os interesses marítimos da China, combinando assim elementos tanto defensivos quanto ofensivos.

##### 4.1.1 O impacto das ideias do Almirante Sergei Gorshkov

Sergei Gorshkov, apontado como mentor da grande Esquadra de Águas Azuis<sup>35</sup> soviética, teve uma influência significativa na condução da estratégia marítima da China. Isso se deve ao fato de que o aperfeiçoamento da estratégia marítima chinesa possui algumas similaridades com o que ocorreu com a PLAN. Entre 1917 e 1953, a Marinha Soviética foi subordinada ao Exército Vermelho, um cenário semelhante ao que ocorreu com a marinha chinesa até a metade da década de 1990

---

<sup>33</sup> Kuomintang é um partido político de Taiwan, fundado em 1912. O partido governou a China continental até 1949, quando foi derrotado pelo PCC na Guerra Civil Chinesa e forçado a se retirar para Taiwan, onde continua a ser uma força política significativa (Britannica, 2024b).

<sup>34</sup> Deng Xiaoping foi o líder supremo da China de dezembro de 1978 até sua aposentadoria oficial em 1992 (Vogel, 2011).

<sup>35</sup> Esquadra de Águas Azuis refere-se a uma marinha capaz de operar globalmente, longe das costas nacionais, em águas profundas. Esse tipo de marinha possui capacidades de projeção de poder e sustentação logística para missões prolongadas em áreas distantes (Cole, 2016).

Gorshkov, 1979).

De acordo com Gorshkov, em seu livro *O Poder Naval do Estado*<sup>36</sup>, a ex-URSS não era apenas uma potência terrestre, mas também uma potência marítima. Embora a condução da guerra naval tivesse sua importância, o principal objetivo soviético era aumentar sua liberdade de ação em todos os teatros de operações, independentemente de o controle do mar ser exercido pelos Estados Unidos ou não. Nesse contexto, Gorshkov adotou o conceito de *Blue Belt Defense*<sup>37</sup>, criando um cinturão de segurança para se opor ao avanço da OTAN. Embora a extensão dessa região não tenha sido definida, ela se expandiu conforme o poderio naval soviético permitiu, o que levou a uma busca acelerada por um aumento tanto qualitativo quanto quantitativo dos meios navais (Yoshihara & Holmes, 2010). Essa expansão refletiu a ambição soviética de projetar seu poder e garantir uma presença estratégica em áreas vitais, impulsionando investimentos significativos em tecnologias avançadas e na ampliação da Esquadra.

Ao analisar os fatos apresentados, observa-se que o crescimento da estratégia marítima da ex-URSS apresenta algumas semelhanças com a evolução da estratégia marítima chinesa no pós-Guerra Fria. Ambas as potências, tradicionalmente focadas em suas forças terrestres, expandiram seus interesses para o mar, embora por motivos diferentes. A ex-URSS, ao desenvolver uma marinha de alcance global, buscava impedir o avanço militar da OTAN, enquanto a China, como discutido anteriormente, tem suas motivações ligadas à segurança energética, ao comércio exterior e à proteção do Mar do Sul da China.

Aliado a isso, pode-se presumir que a estratégia marítima soviética baseada no conceito de *Blue Belt Defense* pode ser considerada uma das origens da estratégia A2/AD implementada pela China no pós-Guerra Fria, e que o Almirante Gorshkov influenciou diretamente a concepção da estratégia marítima chinesa. Com isso, a seguir serão examinadas as origens, o pensamento e as ações do Almirante Liu Huaqing na formulação da política marítima da China após a década de 1980.

---

<sup>36</sup> O título original do livro "O Poder Naval do Estado" de Sergei Gorshkov é "*Morskaya moshch' gosudarstva*". Ele foi traduzido para o inglês como "*The Sea Power of the State*" e publicado pela primeira vez em inglês em 1979 pela Naval Institute Press.

<sup>37</sup> O conceito de *Blue Belt Defense* refere-se a uma estratégia naval defensiva adotada pela antiga URSS, que visava criar uma zona de defesa marítima para proteger suas fronteiras contra a expansão da OTAN, sem a necessidade de controlar amplamente os mares dominados pelos Estados Unidos. (Yoshihara; Holmes, 2010).

#### 4.1.2 A estratégia marítima chinesa segundo o Almirante Liu Huaqing

A nomeação do Almirante Liu Huaqing como Comandante da Marinha do Exército de Libertação Popular, em 1982, estabeleceu as bases do pensamento estratégico marítimo chinês e estruturou as políticas públicas relacionadas ao tema, as quais ainda são parcialmente aplicadas até hoje.

Segundo Tritle (2007), Liu Huaqing, um veterano da Guerra Civil Chinesa<sup>38</sup>, foi enviado em 1954 à União Soviética para se aperfeiçoar na Academia Naval de Frunze, sob a orientação do renomado Almirante Sergei Gorshkov, que mais tarde se tornaria Comandante da Marinha soviética. Ao assumir o comando da Marinha chinesa durante um período crítico de reformulação e expansão das políticas marítimas da China, Liu foi responsável por uma mudança estratégica fundamental, passando do enfoque no ‘aumento quantitativo de capacidades’ para um ‘aumento qualitativo de capacidades’. Além disso, Liu definiu a ‘Estratégia de Defesa Ativa de Alto-Mar<sup>39</sup>’, ampliando significativamente o conceito tradicional de defesa costeira. Esta inovação marcou uma evolução na estratégia marítima chinesa, que passou a priorizar uma defesa regional mais independente e autônoma, com foco na proteção territorial.

De acordo com Tsao (2006), a principal política de intervenção regional foi inicialmente delineada para ser realizada na “Primeira Cadeia de Ilhas”<sup>40</sup>, que abrange o Mar do Sul da China, o Mar do Leste da China e o Mar Amarelo. À medida que as capacidades navais chinesas se expandiram e se modernizaram, essa atuação foi gradualmente estendida para a “Segunda Cadeia de Ilhas”<sup>41</sup>, refletindo uma estratégia de defesa e projeção de poder mais ampla e ambiciosa, conforme exposto na Figura 5. Essa expansão das operações navais indica uma progressiva pretensão da China de controlar não apenas as áreas costeiras imediatas, mas também de exercer

<sup>38</sup> Guerra Civil Chinesa: Conflito armado ocorrido na China entre as forças do *Kuomintang* (Partido Nacionalista Chinês) e o Partido Comunista Chinês, que se desenrolou intermitentemente entre 1927 e 1949. O conflito culminou na vitória comunista, resultando na fundação da República Popular da China em 1949 e na retirada dos nacionalistas para Taiwan (Fairbank; Goldman, 2006).

<sup>39</sup> A Estratégia de Defesa Ativa de Alto-Mar refere-se a uma abordagem adotada pela marinha chinesa, que visa a projeção de poder além das águas territoriais imediatas, permitindo operações navais em regiões distantes para garantir a segurança e proteger os interesses marítimos do país (Tsao, 2006)

<sup>40</sup> A Primeira Cadeia de Ilhas é um termo geopolítico que se refere a um grupo de ilhas que formam uma linha defensiva natural no oeste do Pacífico, incluindo as Ilhas Curilas, Japão, Ilhas Ryukyu, Taiwan, Filipinas e Bornéu (Tsao, 2006).

<sup>41</sup> A Segunda Cadeia de Ilhas refere-se a uma linha estratégica de ilhas no Pacífico ocidental que inclui as Ilhas Marianas, Guam, Palau e outras ilhas do Pacífico central. Esta cadeia serve como uma segunda linha de defesa e área de influência para a projeção de poder marítimo da China, estendendo seu alcance estratégico além da Primeira Cadeia de Ilhas (Tsao, 2006).

influência sobre zonas marítimas mais distantes, fortalecendo sua posição geopolítica e assegurando a proteção de suas rotas comerciais.

Nesse sentido, Cole (2010) detalhou o pensamento estratégico de Huaqing, que delineava o desenvolvimento do controle marítimo chinês em três fases distintas:

1. Estabelecer o controle marítimo costeiro e estendê-lo à Primeira Cadeia de Ilhas até o ano 2000;
2. Ampliar a área de controle marítimo à Segunda Cadeia de Ilhas até o ano de 2020;
3. Transformar a PLAN em uma força naval de alcance global até o ano de 2050.

Isso posto, Tsao (2006) divide a expansão e a evolução da estratégia marítima da Marinha chinesa em três níveis distintos: defesa costeira, defesa ativa de alto-mar e defesa oceânica. Essas fases estão intimamente relacionadas à percepção de segurança da China e de seus países vizinhos até a década de 2000. No pós-Guerra Fria, durante as décadas de 1990 e 2000, o desenvolvimento das tecnologias A2/AD foi crucial para adaptar o país à nova realidade da 'Guerra Centrada em Redes'<sup>42</sup> e apoiar o crescimento da marinha através das guerras assimétricas<sup>43</sup>, preparando a força para o pleno desenvolvimento de uma esquadra de águas azuis a partir da década de 2010. No entanto, essa transição linear de um paradigma para outro não ocorreu pacificamente no debate político, como sugere a argumentação de Tsao.

De fato, houve uma intensificação no progresso das tecnologias C5ISREW<sup>44</sup> a partir de 1996, com a crise do Estreito de Taiwan<sup>45</sup>. Em consonância com o rápido crescimento econômico do país, o governo chinês parecia decidido a desenvolver tecnologias capazes de negar o acesso à área do Estreito de Taiwan às potências reclamantes, visando dissuadir principalmente os EUA de uma possível crise entre os dois Estados. Dessa forma, fruto das políticas públicas desenvolvidas, alguns

---

<sup>42</sup> Guerra Centrada em Redes é um conceito militar que enfatiza a utilização de redes de informação para melhorar a consciência situacional, a tomada de decisões e a coordenação entre forças dispersas. (DoD, 2001).

<sup>43</sup> Guerra Assimétrica é definida como um conflito onde forças militares de capacidades desiguais que utilizam táticas e estratégias não convencionais para combater um adversário superior. Envolve o uso de técnicas como guerrilha, terrorismo, sabotagem e outras formas de combate irregular para explorar as fraquezas do oponente mais poderoso (DoD, 2007).

<sup>44</sup> C5ISREW é a sigla que representa Comando e Controle, Comunicações, Computadores, Cibersegurança, Inteligência, Vigilância, Reconhecimento e Guerra Eletrônica (Smith, 2021)

<sup>45</sup> A Crise do Estreito de Taiwan em 1996 foi um confronto militar entre a República Popular da China e Taiwan, onde a China realizou uma série de testes de mísseis nas proximidades das águas territoriais taiwanesas, em uma tentativa de intimidar e influenciar as eleições presidenciais de Taiwan. Os Estados Unidos responderam enviando dois grupos de batalha de porta-aviões para a área, demonstrando apoio a Taiwan e aumentando as tensões na região (Shambaugh, 2002).

estudiosos apontavam que a China, já em 2009, poderia obter e manter a superioridade aérea em um eventual conflito no Estreito de Taiwan (Tunjso, 2012).

No âmbito da formulação da política estratégica marítima, a partir do Almirante Liu Huaqing, percebe-se uma estratégia de defesa baseada no princípio de avançar sempre que o inimigo avança. Isso se reflete, em certa medida, em uma defesa mais ativa com prioridade para as manobras ofensivas, contrastando com a abordagem de Gorshkov, que visava uma defesa mais afastada e resiliente (Li, 2009).

É importante notar que, a partir do pós-Guerra Fria, a concepção da política marítima chinesa incorporou conceitos tanto ofensivos quanto defensivos de controle marítimo, com foco na segurança regional e na prevenção do acesso de outras nações à sua área de influência. De acordo com Till (2012), podem-se identificar três elementos no pensamento chinês sobre o controle do mar e a negação de seu uso.

O primeiro deles refere-se à 'defesa direta do território', conforme a concepção gorshkoviana de um sistema de defesa concêntrica<sup>46</sup>, adaptado com diferentes extensões. Outro elemento importante é a 'constante preocupação da China com as rotas de acesso às águas azuis' e os possíveis impedimentos a esse acesso, como o Estreito de Malaca e a Segunda Cadeia de Ilhas. O Estreito de Malaca, uma das vias marítimas mais estratégicas do mundo, é vital para o comércio internacional e a segurança energética da China. Da mesma forma, a Segunda Cadeia de Ilhas, ocupada por bases navais de países aliados dos EUA, como Japão, Guam, Ilhas Marshall e Ilhas Marianas do Norte, além dos pontos de estrangulamento<sup>47</sup>, representa um desafio significativo para a projeção de poder da China e para garantir sua livre navegação nas águas azuis. Essas rotas são cruciais para a manutenção e expansão da influência marítima chinesa em âmbito global (Till, 2012).

Por fim, 'o interesse da China em eventos afastados do seu entorno estratégico' reflete seu crescente protagonismo global. A China tem expandido suas operações

---

<sup>46</sup> Sistema de Defesa Concêntrica refere-se a uma estratégia de defesa militar em camadas, onde múltiplas linhas defensivas são estabelecidas em torno de um ponto central de interesse. Cada camada é projetada para atrasar, enfraquecer e desorganizar as forças invasoras, aumentando a eficácia da defesa ao criar várias barreiras que o inimigo deve superar antes de alcançar o alvo principal (Till, 2012).

<sup>47</sup> Pontos de estrangulamento são áreas geográficas estreitas em rotas de transporte marítimo, terrestre ou aéreo, onde o tráfego pode ser facilmente bloqueado ou controlado. Esses pontos são estratégicos, pois qualquer interrupção pode causar impactos significativos no fluxo de comércio e na segurança global (Till, 2012).

para além de sua área de atuação regional, como nas missões de resgate na Líbia<sup>48</sup> e nas expedições científicas na Antártica. A normatização dessas interações busca assegurar que a presença e as ações chinesas nesses cenários estejam alinhadas com as normas internacionais e contribuam para a estabilidade e segurança global (Till, 2012).

#### 4.1.3 Análise dos Livros Brancos de Defesa da China

De acordo com Cole (2016), os Livros Brancos de Defesa da China, publicados a cada dois anos desde 1998, evidenciam a evolução no pensamento estratégico chinês em relação à sua estratégia marítima. Isso é especialmente notável considerando a ausência de um documento oficial específico sobre o tema.

Iniciaremos com a edição de 2004, que introduziu novas perspectivas sobre os assuntos marítimos ao priorizar o fortalecimento da Marinha chinesa e definir a conquista do 'comando dos mares' como um de seus principais objetivos (Yoshihara & Holmes, 2010). O documento enfatizou a ampliação do alcance e da profundidade das estratégias de defesa *offshore*<sup>49</sup> da PLAN, além do desenvolvimento de capacidades integradas de combate e de retaliação nuclear. Para alcançar esses objetivos, a Marinha chinesa foi orientada a adquirir novos navios de guerra, especialmente com capacidade anfíbia, armas de precisão, aeronaves e a implantar tecnologia da informação avançada para ampliar sua influência no entorno estratégico (RPC, 2004).

Sob essa perspectiva, o Livro Branco de Defesa da China de 2008 (RPC, 2009) destacou principalmente a reafirmação dos mandatos para operações *offshore*, a importância da dissuasão estratégica e a progressiva ampliação da cooperação internacional. Além disso, abordou a necessidade de enfrentar ameaças de segurança não tradicionais, como a pirataria e a assistência humanitária. Este documento refletiu

---

<sup>48</sup> As missões de resgate na Líbia pela China referem-se às operações realizadas pelo governo chinês em 2011 para evacuar cerca de 35.860 cidadãos chineses e estrangeiros durante a crise e conflito civil na Líbia (Martin, 2021).

<sup>49</sup> O termo *offshore* (jinhai, em mandarim) é traduzido dessa forma em publicações oficiais na China. No entanto, seu significado vai além da concepção tradicional de 200 milhas náuticas a partir da costa, sendo mais precisamente interpretado como "mares próximos". A área a ser defendida inclui a região dentro da primeira cadeia de ilhas, bem como a zona marítima adjacente ao limite externo desse conjunto, mas não se estende ao Pacífico Sul e ao Oceano Índico. (Li, 2011)

um esforço contínuo da China para modernizar e expandir suas capacidades navais e de defesa, visando lidar com um ambiente de segurança cada vez mais complexo.

Nesse panorama, o Livro Branco de Defesa da China de 2013, intitulado *The Diversified Employment of China's Armed Forces*, enfatizou a modernização e reestruturação das forças armadas para aprimorar as capacidades de combate integrado e mobilidade. O documento destacou a importância da dissuasão estratégica, o desenvolvimento de capacidades para operações em mares distantes e a cooperação internacional, além do enfrentamento de desafios de segurança não convencionais, como a assistência humanitária e a pirataria. Também foi enfatizado o desenvolvimento de forças de reação rápida e operações especiais (RPC, 2013).

Em contraste com os anteriores, o Livro Branco de Defesa de 2014, intitulado *China's Military Strategy*, publicado somente um ano depois, foi o primeiro a abordar diretamente a estratégia militar da China, detalhando as estratégias marítimas a serem empregadas. O principal destaque em relação à sua componente naval é a nova diretriz que orienta a PLAN a mudar sua prioridade da defesa costeira para a integração desta com a proteção das zonas marítimas mais afastadas. Na visão de Cole (2016), isso representa uma tendência de transição de uma Força Marítima regional para uma Força Marítima de alcance global (RPC, 2014).

Finalmente, a última publicação disponível, o Livro Branco de Defesa de 2019 (*China's National Defense in the New Era*), enfatiza a necessidade de proteger os direitos e interesses marítimos da China de maneira mais assertiva, com foco na segurança das rotas marítimas, como aquelas no Mar do Sul da China e no Estreito de Malaca. Além disso, destaca o compromisso em expandir a capacidade de projeção de poder da PLAN para além das esferas regionais, através da construção de porta-aviões e do desenvolvimento de submarinos nucleares de ataque e mísseis balísticos. A integração de tecnologias avançadas, incluindo inteligência artificial, guerra cibernética e tecnologia espacial, é sublinhada como crucial para fortalecer as capacidades de combate e vigilância da Marinha chinesa. O livro também aborda a importância de fortalecer a cooperação internacional, participando de exercícios militares conjuntos e operações de manutenção da paz da ONU, e menciona explicitamente o desenvolvimento de bases no exterior para apoiar operações de longo alcance, como a base militar em Djibuti (RPC, 2019).

Por fim, o documento reafirma a estratégia de defesa combinada, que mescla a defesa costeira com a defesa de mar aberto, refletindo a necessidade de garantir a

segurança nacional tanto nas proximidades do país quanto em áreas afastadas. Essas mudanças indicam uma clara direção para transformar a Marinha chinesa em uma força com capacidade global, alinhada com as ambições da China de se tornar uma potência marítima dominante no cenário internacional (RPC, 2019).

Realizando uma análise das informações apresentadas, pode-se perceber que os Livros Brancos de Defesa ilustram um posicionamento assertivo e em constante desenvolvimento, cada vez mais voltado para o exterior. Inicialmente, amplia-se a interpretação do conceito de defesa *offshore* e, gradualmente, avança-se para o desenvolvimento de uma força voltada para operações em águas azuis. Esse progresso em relação às operações fora do seu entorno estratégico inicia-se com atividades benignas e de emprego limitado da força, culminando na adoção de um conceito mais abrangente de segurança avançada, com o desenvolvimento de bases militares no exterior capazes de fornecer a logística necessária para uma força expedicionária<sup>50</sup>.

Em suma, a ampliação gradual da estratégia marítima chinesa sugere que a defesa costeira é um estágio preliminar para permitir as operações da PLAN globalmente. Essa visão é apoiada pela postura de Liu Huaqing, que evitou vincular essa estratégia a distâncias fixas, permitindo que os Livros Brancos de Defesa expandissem gradualmente o conceito para áreas mais distantes da costa chinesa.

Na seção a seguir, serão detalhadas as estratégias A2/AD empregadas pela PLAN na defesa do MSC. Esta análise incluirá a evolução dessas estratégias ao longo do tempo e como esse desenvolvimento tem solidificado o papel da PLAN no cenário internacional. Além disso, será discutido como essa capacitação estratégica permite à China não apenas proteger seus interesses marítimos, mas também projetar poder e influência globalmente, reafirmando sua posição como uma potência emergente.

#### 4.2 A SECURITIZAÇÃO DO MAR DO SUL DA CHINA

A estratégia A2/AD é uma peça central na defesa nacional chinesa, especialmente no contexto do MSC. Ela é projetada para impedir ou limitar a capacidade de forças adversárias de operar efetivamente na região, criando um

---

<sup>50</sup> Força expedicionária refere-se a uma unidade militar projetada para ser destacada em operações fora do território nacional. São altamente móveis e autossuficientes, preparadas para operar em diversos tipos de ambientes e cumprir objetivos estratégicos de projeção de poder (Till, 2012).

ambiente de segurança robusto que proteja os interesses estratégicos chineses. Esta abordagem integra uma defesa em camadas, combinando diversas capacidades militares para criar uma rede defensiva complexa e eficaz.

Sob essas circunstâncias, o sistema de defesa em camadas da China é ilustrado por círculos concêntricos, nos quais a intensidade do poder de combate aumenta à medida que uma força adversária se aproxima do núcleo da defesa. No círculo mais externo, a defesa é conduzida por sistemas de ataque cibernético e por submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos (SSBN), capazes de realizar um segundo ataque<sup>51</sup> em caso de um ataque nuclear contra a China. À medida que se avança para os círculos internos, são incluídos mísseis balísticos e mísseis de cruzeiro, submarinos de ataque, artilharia costeira, aviação baseada em terra e embarcada, e sistemas de defesa aérea.

Assim, conforme Taulois (2016), a PLAN implementou a Defesa Marítima Ativa, baseada na estratégia A2/AD, estruturada em três fases distintas, cada uma delineada pelo grau de controle e defesa que precisa ser atingido em regiões geográficas específicas. Na primeira fase, a Marinha chinesa buscaria controlar o espaço marítimo até a 'primeira cadeia de ilhas', que inclui as ilhas que se estendem da China até a costa sul do Japão, abrangendo Taiwan, a ilha japonesa de Okinawa e as Filipinas, a uma distância entre 200 e 700 milhas náuticas da costa chinesa. Na segunda fase, o controle marítimo se ampliaria até a 'segunda cadeia de ilhas', que se estende de norte a sul, desde o arquipélago das Kurilas, passando pelas Marianas e Carolinas, até o território americano de Guam, a aproximadamente 1.800 milhas náuticas da costa chinesa. Por fim, o autor introduziu o conceito de 'terceira cadeia de ilhas'<sup>52</sup>, incluindo o estado americano do Havaí, o que necessitaria de uma marinha de águas azuis, centrada em porta-aviões, capaz de projetar poder em escala global.

Desse modo, para implementar sua estratégia A2/AD nos arquipélagos, a PLAN distribui suas forças em várias camadas, desde a costa chinesa até o Pacífico Ocidental, conforme descrito na Figura 6. Segundo O'Rourke (2024), os sistemas de defesa mais próximos ao litoral incluem mísseis balísticos e de cruzeiro lançados de

---

<sup>51</sup> Segundo ataque é a capacidade de um país de lançar uma resposta nuclear retaliatória mesmo após sofrer um ataque nuclear inicial. É considerada crucial para a dissuasão nuclear, pois assegura que qualquer agressor em potencial enfrentará represálias devastadoras, mesmo que consiga desferir um primeiro golpe (Freedman, 2003).

<sup>52</sup> A "terceira cadeia de ilhas" refere-se a um conceito estratégico naval da China. Esta cadeia abrange uma linha de ilhas no Pacífico Ocidental que se estende das ilhas Aleutas ao Norte, passando pelas ilhas do Havaí, até o território da Samoa Americana, ao Sul (Cole, 2010).

terra, unidades de superfície equipadas com avançados sistemas de mísseis, submarinos silenciosos e aeronaves de combate e vigilância. Os mísseis desempenham um papel crucial nessa fase. Nesse contexto, cabe destacar o míssil balístico antinavio (ASBM) DF-21D, conhecido como 'assassino de porta-aviões', com alcance aproximado de 1.500 km, projetado especificamente para atacar navios de superfície em movimento. Outro exemplo é o míssil balístico DF-26, que possui um alcance de até 4.000 km e pode atingir tanto alvos terrestres quanto navais. Além disso, os mísseis de cruzeiro YJ-18, lançados de navios e submarinos, têm um alcance de até 540 km, permitindo ataques de precisão contra alvos navais. Complementando esses sistemas, o míssil de defesa aérea HQ-9, com alcance de até 200 km, oferece uma camada adicional de proteção contra aeronaves e mísseis de cruzeiro (O'Rourke, 2024).

Ademais, de acordo com o autor, os submarinos chineses também são uma parte integral da estratégia A2/AD. Os submarinos de ataque da Classe Yuan (Tipo 039A/B), com propulsão diesel-elétrica, são extremamente silenciosos e estão equipados com torpedos e mísseis de cruzeiro YJ-18. Já os submarinos nucleares de ataque da Classe Shang (Tipo 093) representam uma capacidade mais avançada, com o poder de lançar mísseis de cruzeiro CJ-10, que têm alcance de até 1.500 km. A Classe Jin (Tipo 094), submarino nuclear lançador de mísseis balísticos, complementa a força dissuasória com mísseis balísticos JL-2, que possuem alcance de até 7.200 km (O'Rourke, 2024).

Igualmente importante, continua O'Rourke (2024), a esquadra chinesa inclui destróieres como os da Classe Luyang III (Tipo 052D), que são equipados com sistemas de mísseis de defesa aérea e de ataque. Esses navios carregam mísseis YJ-18 e mísseis de cruzeiro CJ-10, ampliando significativamente o alcance ofensivo da marinha chinesa. Os cruzadores da Classe Renhai (Tipo 055) são ainda mais impressionantes, com grandes capacidades de defesa aérea, antinavio e ataque, tornando-os plataformas multifuncionais extremamente valiosas. Além disso, as corvetas da Classe Jiangdao (Tipo 056) desempenham um papel importante em operações de patrulha e guerra antissubmarino.

Além disso, no domínio aéreo, a China emprega caças furtivos de quinta geração J-20, projetados para superioridade aérea e missões de ataque. Os bombardeiros estratégicos H-6K, uma modernização dos modelos mais antigos, são capazes de lançar mísseis de cruzeiro de longo alcance CJ-20, com um alcance de

até 2.000 km. Os caças multifuncionais J-16 e os caças-bombardeiros JH-7 também fazem parte das capacidades aéreas, proporcionando flexibilidade em uma variedade de missões (O'Rourke, 2024).

Não obstante, como afirma Cheng (2011), no domínio espacial, os chineses contam com o sistema de navegação Beidou, que fornece capacidades de navegação e localização independentes, cruciais para a operação de mísseis e sistemas de comando e controle. Os satélites de reconhecimento e comunicação permitem vigilância contínua e comunicação eficiente entre unidades dispersas. Além disso, armas anti-satélite (ASAT) e tecnologias de guerra espacial estão sendo desenvolvidas para neutralizar ameaças espaciais, assegurando a superioridade no domínio espacial.

Finalmente, as unidades de guerra cibernética do Exército de Libertação Popular (PLA) são dedicadas à espionagem cibernética, sabotagem e operações defensivas, garantindo a superioridade cibernética e a integridade das redes de comando e controle chinesas. Além disso, sistemas de firewalls e redes seguras são empregados para proteger infraestruturas críticas e dados sensíveis contra ataques cibernéticos adversários. A China também investe em capacidades ofensivas, utilizando equipes especializadas para lançar ataques cibernéticos contra infraestruturas adversárias (Segal, 2017).

Sob essa perspectiva, e considerando a ambiciosa projeção chinesa no Pacífico Ocidental, bem como o aumento de suas capacidades antimíssil e de emprego de mísseis balísticos convencionais, a literatura norte-americana<sup>53</sup> e japonesa atribui à China a posição de principal usuária da Estratégia A2/AD. O Departamento de Defesa dos EUA e o Governo do Japão, por meio do *National Institute for Defense Studies* (NIDS) no *'China Security Report 2011'*<sup>54</sup>, expressaram preocupação com o que consideram uma capacidade chinesa avançada, enfatizando seu crescimento contínuo e alcance global (Taulois, 2016).

Com base nesse entendimento, a próxima seção examinará como a evolução da estratégia marítima chinesa e a implementação das operações A2/AD impactam o ambiente de segurança regional no Mar do Sul da China. A expansão das capacidades chinesas no Pacífico Ocidental tem causado preocupação entre analistas militares

---

<sup>53</sup> Publicações Estadunidenses que fazem menção à estratégia A2/AD: *National Strategy for Maritime Security* (DHS, 2005), *The National Military Strategy of the USA* (JCS, 2015); *AirSea Battle* (DoD, 2013).

<sup>54</sup> Relatório do governo japonês acerca da defesa e segurança da China.

norte-americanos e japoneses. Este cenário geopolítico emergente desafia a capacidade de projeção de poder dos EUA e altera o equilíbrio estratégico na região da Ásia-Pacífico. Nesse contexto, serão avaliadas as implicações para a segurança marítima regional e as respostas estratégicas das principais potências globais.

#### 4.3 REAÇÕES INTERNACIONAIS E IMPLICAÇÕES

A evolução da estratégia marítima chinesa e a implementação das operações A2/AD têm provocado uma mudança significativa no equilíbrio de poder na região da Ásia-Pacífico. A capacidade da China de projetar poder e controlar áreas marítimas estratégicas desafia diretamente a presença militar dos EUA e altera as dinâmicas de segurança entre os países da ASEAN. Ao fortalecer suas capacidades militares e ampliar sua presença naval, a China está redefinindo as linhas de influência e controle no Mar do Sul da China, criando uma situação em que os países vizinhos precisam rever suas estratégias de defesa e cooperação regional.

Os Estados Unidos e o Japão, principais potências regionais afetadas pela expansão chinesa, têm adotado uma série de medidas para contrabalançar essa crescente influência. A resposta dos EUA tem se concentrado no fortalecimento de suas alianças regionais e na implementação de estratégias de dissuasão e contenção. Entre as iniciativas estão o reforço da presença militar na região através das bases no Japão e em Guam, bem como das bases de uso conjunto nas Filipinas e em Singapura. Além disso, os EUA realizam exercícios militares conjuntos com aliados como Japão, Coreia do Sul, Austrália e Filipinas, e promovem operações de liberdade de navegação (FONOPs) no Mar do Sul da China para desafiar as reivindicações territoriais excessivas chinesas.

Não obstante, o Japão tem respondido ao crescimento militar chinês com uma série de reformas em suas políticas de segurança. Em 2023, o Japão revisou suas diretrizes de segurança nacional, permitindo a exportação de equipamentos militares e fortalecendo suas alianças globais de defesa. O país também tem aumentado significativamente seu orçamento militar, investindo em submarinos, caças de quinta geração e sistemas de mísseis balísticos. A parceria entre Japão e EUA tem se intensificado, com ambos os países coordenando suas estratégias para garantir a estabilidade e a segurança na região. Além disso, o Japão tem fortalecido seus laços

com outros países do sudeste asiático, como Filipinas, Vietnã, Indonésia e Malásia, oferecendo apoio logístico e treinamento militar.

Nesse contexto, os países da ASEAN têm adotado diversas estratégias para responder à crescente presença militar da China. As Filipinas e o Vietnã, que enfrentam disputas territoriais diretas com a China, estão buscando fortalecer suas capacidades de defesa e estreitar laços com os EUA e outras potências regionais. Outros países, como Malásia e Indonésia, têm adotado uma abordagem mais diplomática, negociando diretamente com a China enquanto fortalecem suas próprias capacidades marítimas.

Além disso, a Austrália tem reforçado sua defesa por meio do acordo AUKUS<sup>55</sup>, focado em aumentar a cooperação em tecnologia de defesa avançada, incluindo submarinos nucleares. Este acordo visa não apenas a aquisição de submarinos, mas também a colaboração em capacidades avançadas, como cibernética, inteligência artificial e tecnologias quânticas (CFR, 2023). A Índia, por sua vez, tem expandido sua cooperação naval com países do Sudeste Asiático, como Singapura, Indonésia, Vietnã e Filipinas, promovendo uma estratégia de segurança marítima no Indo-Pacífico que contrabalança a influência chinesa.

Por fim, a capacidade da China de limitar as operações marítimas no Mar do Sul da China por meio de um complexo sistema de defesa em camadas tem forçado os EUA e seus aliados a reavaliarem suas estratégias na região. A evolução da estratégia A2/AD chinesa não é apenas uma resposta defensiva às ameaças percebidas, mas também uma ferramenta de coerção estratégica destinada a afirmar sua influência global. Ao desenvolver capacidades que podem negar ou restringir o acesso de forças estrangeiras a rotas marítimas críticas, a China está efetivamente alterando as regras do jogo na região e desafiando a supremacia dos EUA na Ásia-Pacífico. Em resposta, os EUA têm intensificado as FONOPs, fortalecido alianças e modernizado suas capacidades militares. Países como Japão, Austrália e Índia também têm aumentado seus orçamentos de defesa e investido em novas tecnologias. Portanto, esse cenário de crescente militarização e competição tecnológica aumenta o risco de incidentes que podem escalar para conflitos mais amplos.

---

<sup>55</sup> Para efeitos deste trabalho, será utilizada a sigla AUKUS para designar a aliança trilateral de segurança formada por Austrália, Reino Unido e Estados Unidos da América.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi examinar como a evolução da estratégia marítima chinesa desde o pós-Guerra Fria até os dias atuais, sob a perspectiva da estratégia *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD), impacta a segurança marítima no Mar do Sul da China. A transição da China de uma postura defensiva para uma estratégia assertiva e abrangente de A2/AD evidencia sua determinação em consolidar a hegemonia regional e desafiar a presença de outras potências em nível global.

Preliminarmente, foi investigada a evolução do pensamento estratégico marítimo, recorrendo a teóricos clássicos como Alfred Thayer Mahan, Julian Corbett e os proponentes da *Jeune École*. Através dessa análise, foi estabelecida uma base teórica sólida, que foi posteriormente confrontada com a realidade chinesa. Mahan destacou a importância do controle das linhas de comunicação marítimas e das bases navais estratégicas, conceitos que se refletem na postura atual da China de garantir a segurança e a prosperidade econômica através do controle das rotas marítimas no Mar do Sul da China e do desenvolvimento de bases no exterior para apoiar suas operações prolongadas, como a base militar em Djibuti.

Em contrapartida, Corbett argumentou que o controle do mar está mais relacionado ao domínio das linhas de comunicação do que à derrota da esquadra inimiga, o que se alinha à rede defensiva em camadas da China, que busca operar livremente enquanto limita a liberdade de movimento das forças adversárias. A abordagem assimétrica da *Jeune École*, centrada em táticas de ataque para minar a economia do inimigo, é evidente na forma como a China desenvolveu suas capacidades de negação de área, utilizando submarinos e mísseis de cruzeiro para ameaçar as esquadras oponentes.

A análise do cenário atual no Mar do Sul da China revela como a construção de ilhas artificiais e a instalação de infraestruturas militares conferem à China uma presença física constante, reforçando suas reivindicações territoriais e desafiando o direito internacional. A militarização dessas ilhas aumenta significativamente a capacidade de projeção de poder da China, consolidando sua posição estratégica na região. A transição de uma estratégia de defesa costeira para uma estratégia de projeção de poder em alto-mar reflete a crescente ambição da China de atuar globalmente. Essa progressão está em consonância com os princípios delineados por Liu Huaqing, destacando a importância de desenvolver uma Marinha de águas azuis

capaz de sustentar operações prolongadas longe das costas chinesas. Os Livros Brancos de Defesa enfatizam a integração de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, guerra cibernética e capacidades espaciais, alinhando-se com as visões contemporâneas de estratégia marítima do século XXI.

Outro aspecto crucial revelado por este estudo é a interdependência entre a estratégia A2/AD e a necessidade da China de manter a estabilidade interna e a legitimidade do governo. O fortalecimento das capacidades militares não atende apenas aos objetivos geopolíticos externos, mas também reforça o controle interno do governo, projetando uma imagem de poder e competência que fortalece seu apoio doméstico. Além disso, a estratégia A2/AD, ao criar um espaço estratégico seguro ao redor das costas chinesas, permite a Pequim concentrar-se em outros desafios globais sem a constante ameaça de intervenção externa.

Por último, é importante ressaltar que os aspectos de congruência analisados neste estudo não esgotam o tema em questão. Apesar de a estratégia A2/AD ter sido predominantemente desenvolvida para um ambiente marítimo, as forças militares devem ser empregadas de maneira integrada, garantindo a interoperabilidade entre as tropas para a aplicação eficaz da defesa em camadas.

Em termos de futuras pesquisas, é essencial explorar as interações entre a estratégia A2/AD e o desenvolvimento contínuo das capacidades militares. Investigar como a China aprimora suas tecnologias de guerra cibernética e espacial fornecerá conhecimentos valiosos para prever as próximas etapas de sua evolução estratégica. Além disso, examinar as respostas diplomáticas e políticas das nações afetadas permitirá uma compreensão mais profunda das dinâmicas de cooperação e conflito que moldarão o futuro do Mar do Sul da China.

Por fim, a evolução da estratégia marítima chinesa e a implementação da estratégia A2/AD têm remodelado significativamente o cenário de segurança no Mar do Sul da China, com amplas implicações para a política internacional e a estabilidade global. A resposta a essas mudanças requer uma abordagem integrada, que combine capacidades militares, diplomacia eficaz e cooperação internacional para garantir a paz e a segurança em um mundo cada vez mais complexo e desafiador.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS (ASEAN). **"About ASEAN"**, 2024 Disponível em: <<https://asean.org/about-asean/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRITANNICA. **Alfred Thayer Mahan**, 2024a. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Alfred-Thayer-Mahan>. Acesso em: 24 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Nationalist Party**, 2024b. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Nationalist-Party-Chinese-political-party>. Acesso em: 22 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Carl von Clausewitz, Prussian general**, 2024c. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Carl-von-Clausewitz>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BBC. **Vietnam protesters attack China over sea dispute**, 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-27362939>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

CHEN, Dingding. **What China Thinks of the Indo-Pacific Strategy**. The Diplomat, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/05/what-china-thinks-of-the-indo-pacific-strategy/>>. Acesso em 23 mai. 2024.

CHENG, Dean. **China's Military Role in Space**. Strategic Studies Quarterly, vol. 5, no. 1, 2011, pp. 55-77. Disponível em: <[https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-06\\_Issue-1/Cheng.pdf](https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-06_Issue-1/Cheng.pdf)>. Acesso em 16 jul. 2024.

CHINA. **Set aside dispute and pursue joint development**, 2019. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Diplomatic History. Events and Issues. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3604\\_665547/200011/t20001117\\_697808.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/200011/t20001117_697808.html)>. Acesso em 23 mai. 2024.

CHINA DAILY. **Beijing urges respect in South China Sea dispute**, 2024. Disponível em: <<https://www.chinadaily.com.cn/a/202403/12/WS65f07579a31082fc043bc3ee.html>>. Acesso em 15 jun. 2024.

CHURCH, Peter. **A Short History of South-East Asia**. John Wiley & Sons, 2017.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On war**. Tradução de Michael Howard. Princeton: Princeton University Press, 1984. 732 p. Título original: Vom kriege.

CLIFF, Roger et al. **Entering the dragon's lair: chinese antiaccess strategies and their implications for the United States**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2007. 129 p.

COLE, Bernard D. **Asian Maritime Strategies Navigating Troubled Waters**. Annapolis: Naval Institute Press, 2013. 240 p.

\_\_\_\_\_. **China's Quest for Great Power: Ships, Oil, and Foreign Policy**. Naval Institute Press, 2016.

\_\_\_\_\_. **The Great Wall at Sea: China's Navy in the Twenty-First Century**. Naval Institute Press, 2010.

CORBETT, Julian S. **Some Principles of Maritime Strategy**. Mineola, NY: Dover Publications, 2004. 320 p.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS (CFR). **AUKUS Explained: How Will the Trilateral Pact Shape Indo-Pacific Security?**, 2023. Disponível em: <<https://www.cfr.org/in-brief/aukus-explained-how-will-trilateral-pact-shape-indo-pacific-security>>. Acesso em: 22 jun. 2024

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 760 p.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2017**, 2017. Disponível em: <<https://policy.defense.gov/Portals/11/FY17%20DOD%20FON%20Report.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2024

\_\_\_\_\_. Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2018**, 2018. Disponível em: <[https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FY18%20DoD%20Annual%20FON%20Report%20\(final\).pdf](https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FY18%20DoD%20Annual%20FON%20Report%20(final).pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2024

\_\_\_\_\_. Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2019**, 2019. Disponível em: <<https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FY19%20DoD%20FON%20Report%20FINAL.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2020**, 2020. Disponível em: <<https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FY20%20DoD%20FON%20Report%20Final.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2021**, 2021. Disponível em: <[https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FON%20Program%20Report\\_FY2021.pdf](https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FON%20Program%20Report_FY2021.pdf)>. Acesso em 15 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2022**, 2022. Disponível em: <[https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FON%20Program%20Report\\_FY2022.pdf](https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FON%20Program%20Report_FY2022.pdf)>. Acesso em 15 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Oceans Policy Advisor. Office of the Under Secretary of Defense (Policy) at DOD Department of Defense Report to Congress. **Annual Freedom of Navigation Report Fiscal Year 2023**, 2023. Disponível em: <[https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FON/DoD%20FON%20Report%20for%20FY23%20\(Corrected\).pdf](https://policy.defense.gov/Portals/11/Documents/FON/DoD%20FON%20Report%20for%20FY23%20(Corrected).pdf)>. Acesso em 15 jun. 2024.

EVANS, Richard J. **In Defence of History**. Granta Books, 2000.

FAKHOURY, Renato Matheus Mendes. **As Disputas Marítimas no Mar do Sul da China: Antecedentes e Ações Militares no Século XXI**. In: grupo de estudos e pesquisa sobre conflitos internacionais, 3., 2019, Marília. Séries de Conflitos Internacionais. São Paulo: Unesp, 2019. p. 1 - 9.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: A New History**. Harvard University Press, 2006.

FREEDMAN, Lawrence. **The Future of War: a history**. New York: Public Affairs, 2017. 509 p.

GASCOIGNE, Bamber. **The Dynasties of China: A History**. Carroll & Graf Publishers, 2003.

GLOBAL CONFLICT TRACKER (GCF). **Territorial Disputes in the South China Sea**, 2024. Disponível em: <<https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/territorial-disputes-south-china-sea>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GORSHKOV, S.G. **The Sea Power of the State**. Annapolis: Naval Institute Press, 1979.

HANSEN, Valerie. **The Silk Road: A New History**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HATTENDORF, John B. **The Influence of History on Mahan: The Proceedings of a Conference Marking the Centenary of Alfred Thayer Mahan's The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783**. Naval War College Press, 1991.

HAYER, Zoe. **China Maritime Report No. 12: Sansha City in China's South China Sea Strategy: Building a System of Administrative Control**". China Maritime Studies Institute, U.S Naval War College, 2021. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=cmsi-maritime-reports>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

HERRICK, Robert W. **Soviet Naval Strategy: Fifty Years of Theory and Practice**. Annapolis: United States Naval Institute, 1971.

HUGHES, W. **Fleet Tactics and Coastal Combat**. Annapolis: Naval Institute Press, 2ª Ed., 2000. 408p.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Statistics Times. **China Population 2023**, 2023. Disponível em: <<https://statisticstimes.com/demographics/country/china-population.php>>. Acesso em: 15 mai. 2024.

JOINT CHIEF OF STAFF (JCS). **The National Military Strategy of the United States of America**, 2015. Disponível em: <[https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015\\_National\\_Military\\_Strategy.pdf](https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/2015_National_Military_Strategy.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2024.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific**. Random House, 2014.

KENNAN, George F. **American Diplomacy**. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

KREPINEVICH, Andrew F.; WATTS, Barry; WORK, Robert. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2003. 95 p.

KREPINEVICH, Andrew F. **Why AirSea Battle?** Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2010. 40 p.

LEE, Victor Robert. Satellite Images: **China Manufactures Land at New Sites in the Paracel Islands**. 2016. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/02/satellite-images-china-manufactures-land-at-new-sites-in-the-paracel-islands/>>. Acesso em: 06 de maio de 2024.

LI, Nam. **The Evolution of China's Naval Strategy and Capabilities**: from "near coast" and "near seas" to "far seas". Asian Security, V. 5, nº 2, p. 144-169, 2009.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783**. 5nd ed. New York: Dover Publications, 1987. 530 p.

MARTIN, Peter. **China's Civilian Army: The Making of Wolf Warrior Diplomacy**. Oxford University Press, 2021.

O'ROURKE, Ronald. **Maritime Territorial and Exclusive Economic Zone (EEZ) Disputes Involving China: Issues for Congress**. Congressional Research Service, 2019. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R42784>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC). Livro Branco de Defesa de 2004, Título original: **China's National Defense in 2004**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2004. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/20041227/>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

\_\_\_\_\_. Livro Branco de Defesa de 2008, Título original: **China's National Defense in 2008**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2009. Disponível em: <[https://programs.fas.org/ssp/nukes/2008DefenseWhitePaper\\_Jan2009.pdf](https://programs.fas.org/ssp/nukes/2008DefenseWhitePaper_Jan2009.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2024.

\_\_\_\_\_. Livro Branco de Defesa de 2012, Título original: **The Diversified Employment of China's Armed Forces**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2013. Disponível em: <<http://eng.mod.gov.cn/xb/Publications/WhitePapers/4887929.html>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

\_\_\_\_\_. Livro Branco de Defesa de 2014, Título original: **China's Military Strategy**. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015. Disponível em: <<http://eng.mod.gov.cn/xb/Publications/WhitePapers/4887928.html>>. Acesso em: 23 mai. 2024

\_\_\_\_\_. Livro Branco de Defesa de 2019, Título original: **China's National Defense in the New Era**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2019. Disponível em: <<http://eng.mod.gov.cn/xb/Publications/WhitePapers/4846452.html>>. Acesso em: 23 mai. 2024

SANGER, David E.; GLADSTONE, Rick. **Piling Sand in a Disputed Sea, China Literally Gains Ground**. 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/04/09/world/asia/new-images-show-china-literally-gaining-ground-in-south-china-sea.html>>. Acesso em: 06 de maio de 2024.

SEGAL, Adam. **Chinese Cyber Diplomacy in a New Era of Uncertainty**. Journal of Cyber Policy, vol. 2, no. 1, 2017, pp. 5-26. Disponível em: <[https://www.hoover.org/sites/default/files/research/docs/segal\\_chinese\\_cyber\\_diplomacy.pdf](https://www.hoover.org/sites/default/files/research/docs/segal_chinese_cyber_diplomacy.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SHAMBAUGH, David. **Modernizing China's Military**: Progress, Problems, and Prospects. Berkeley: University of California Press, 2002.

SILVA, Alexandre Pereira da. **Aspectos jurídicos e políticos das disputas no Mar da China Meridional**. In: LIMA, Marcos Costa. Perspectivas Asiáticas. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2016. Cap. 11. p. 271-298.

SMITH, John. **Modern Military Strategy**: Integrating C5ISR Technologies. Defense Press, 2021

STARKEY, David J. **British Privateering Enterprise in the Eighteenth Century**. Exeter: University of Exeter Press, 1990.

TAULOIS, Pedro Luiz. **A estratégia Antiacesso/Negação de Área (A2/AD)**. Revista Âncoras e Fuzis, Rio de Janeiro, ano XX, n.47, p. 28-33, 2016.

TANGREDI, Sam J. **Anti-access warfare**: countering A2/AD strategies. Annapolis, Md.: Naval Institute Press, 2013. 300 p.

\_\_\_\_\_. **Antiaccess warfare as strategy**: from campaign analyses to assessment of extrinsic events. *Naval War College Review*, Newport, v. 71, n. 1, p. 33-51, Winter 2018. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=nwc-review>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

THANG, Nguyen-Dand; THAO, Nguyen Hong. **China's nine dotted lines in the South China Sea**: the 2011 exchange of diplomatic notes between the Philippines and China. *Ocean Development and International Law*, v. 43 n. 1, p. 35-56, 2012.

TILL, Geoffrey. **Seapower**: a guide for the twenty-first century. 2 ed. New York: Routledge, 2009. 380 p.

\_\_\_\_\_. **Seapower**: A Guide for the Twenty-First Century. 3. ed. Routledge, 2012.

\_\_\_\_\_. **Seapower**: A Guide for the Twenty-First Century. 4 ed. London: Routledge, 2018

THE FREE LIBRARY. **Bush pleased by release of U.S. crew from China**. 2001. Disponível em: <<https://www.thefreelibrary.com/Bush%20pleased%20by%20release%20of%20U.S.%20crew%20from%20China-a073374676>>. Acesso em: 23 de maio de 2024.

TRITLE, Matthew C. **The Growth of the Chinese People's Liberation Army Navy**: impacts and implications of regional naval expansion. Monterrey: Naval Postgraduate School, 2007.

TSAO, Hsiung. Y. **China as a Rising Sea Power**: costal defense, active offshore defense, and ocean defense. Denver: University of Denver, School of international Studies, 2006. 431 f.

UNITED NATIONS (ONU). **Convention on the Territorial Sea and the Contiguous Zone**. Geneve: United Nations, 1958. Disponível em: <[https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg\\_no=XXI-1&chapter=21&clang=\\_en](https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXI-1&chapter=21&clang=_en)>. Acesso em: 23 mai. 2024

\_\_\_\_\_. **United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS)**. Nova York: United Nations, 1982. Disponível em: <[https://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2024.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE (DoD). **Air- Sea Battle**, 2013. Disponível em: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/ASB-ConceptImplementation-Summary-May-2013.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Irregular Warfare**: Countering Irregular Threats. U.S. Government Printing Office, 2007. Disponível em:

<[https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/concepts/joc\\_iw\\_v2.pdf?ver=2017-12-28-162021-510](https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/concepts/joc_iw_v2.pdf?ver=2017-12-28-162021-510)>. Acesso em: 01 jun. 2024

\_\_\_\_\_. **Joint operational access concept**. Washington, D.C.: 2012. 75 p.

Disponível em:

<[https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC\\_Jan%202012\\_Signed.pdf](https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2024.

\_\_\_\_\_. **Joint Publication 3-14: Space Operations**, 2020. Washington, D.C.: 2020.

Disponível em: <[https://irp.fas.org/doddir/dod/jp3\\_14.pdf](https://irp.fas.org/doddir/dod/jp3_14.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Network Centric Warfare**: Department of Defense Report to Congress.

U.S. Department of Defense, 2001. Disponível em:

<[https://permanent.fdlp.gov/lps18239/www.c3i.osd.mil/ncw/ncw\\_0801.pdf](https://permanent.fdlp.gov/lps18239/www.c3i.osd.mil/ncw/ncw_0801.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2024.

U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY (DHS). **National Strategy for**

**Maritime Security**, 2005. Disponível em <<https://www.dhs.gov/national-plan-achieve-maritime-domain-awareness>>. Acesso em: 18 jun. 2024

U.S. DEPARTMENT OF STATE (DoS). **Limits in the Seas No. 143**: China Maritime

Claims in the South China Sea. Arlington: Office of Ocean and Polar Affairs, Bureau of Oceans and International Environmental and Scientific Affairs, 2014. Disponível em: <<https://2017-2021.state.gov/wp-content/uploads/2019/10/LIS-143.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2024

U.S NAVY. **Royal Thai Navy and U.S. Navy commence CARAT Thailand 2023**,

2023. Disponível em: <<https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/Article/3390919/royal-thai-navy-and-us-navy-commence-carat-thailand-2023/>>. Acesso em: 15 jun. 2024

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R. **Red Star over the Pacific**: China's Rise and the Challenge to U.S. Maritime Strategy. Naval Institute Press, 2010.

YU, Jia. **Legal Status of the "Nine-Dash Line" in the South China Sea**. China's Borderland History and Geography Studies, 15, 112-113, 2005.

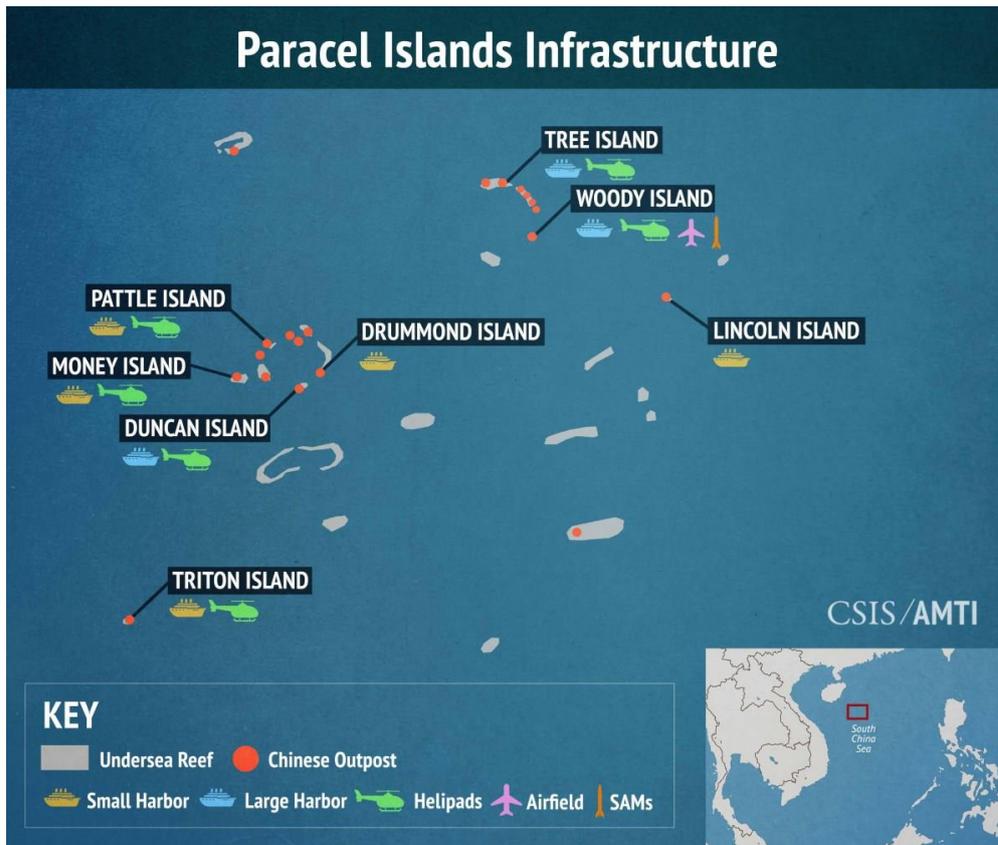
**ANEXO A – FIGURAS**

Figura 1 – Áreas em disputa no Mar do Sul da China



Fonte: The Newdaily (2018). Disponível em: <<https://behorizon.org/combined-fo-nops-in-south-china-sea/>>. Acesso em 18 jul. 2024.

Figura 2 – Infraestrutura das ilhas Paracel



Fonte: AMTI (2017). Disponível em: <<https://amti.csis.org/paracels-beijings-other-buildup/>>. Acesso em 18 jul. 2024.

Figura 3 – Sistemas de armas na base chinesa em Woody Island, nas Paracel (houve alteração na ilustração com acréscimo uma seta, para explicitar as novas baterias de mísseis terra-ar HQ-9)



Fonte: AMTI (2018). Disponível em: <<https://amti.csis.org/exercises-bring-new-weapons-paracels/>>. Acesso em 18 jul. 2024

Figura 4 – *Nine-Dash Line*

The Economist

Fonte: The Economist (2018). Disponível em: <<https://www.economist.com/special-report/2018/01/25/neither-war-nor-peace>>. Acesso em 18 jul. 2024.

Figura 5 – A primeira e a segunda cadeia de ilhas do pacífico



The Economist

Fonte: The Economist (2023). Disponível em: <<https://www.economist.com/united-states/2023/06/15/how-the-pentagon-thinks-about-americas-strategy-in-the-pacific/>>. Acesso em 18 jul. 2024.



## ANEXO B – TABELAS

Tabela 1 – Posições sobre as reivindicações da China no MSC

<b>Países</b>	<b>A China deve cumprir a decisão arbitral de 2016<sup>1</sup>.</b>	<b>Nenhuma das Spratlys são ilhas com direito a uma ZEE/PC acordo o art. 121.3 da CNUDM</b>	<b>As reivindicações da China à soberania sobre as Ilhas Spratly são ilegais.</b>
Austrália	X		
Canadá	X		
France			
Alemanha	X		
Índia	X		
Indonésia	X	X	
Japão	X		
Malásia			X
Filipinas	X	X	X
Reino Unido	X		
EUA	X	X	
Vietnam	X	X	X

Fonte: AMTI (2021). Disponível em: <<https://amti.csis.org/whos-taking-sides-on-chinas-maritime-claims/>>. Acesso em 18 jul. 2024

<sup>1</sup> A decisão arbitral de 2016 do Tribunal Internacional Permanente de Arbitragem, no caso das Filipinas contra a China, esclareceu que os arquipélagos *offshore* não podem ser delimitados por linhas de base retas nem tratados como um grupo para satisfazer as condições do Artigo 121.3 da CNUDM. Esta decisão limitou as reivindicações marítimas chinesas, afirmando que muitas das formações no MSC não geram direitos a ZEEs ou plataformas continentais.